

# **RELATÓRIO FINAL**

**CONFERÊNCIA LIVRE NACIONAL**

**SUAS SEM RACISMO**

**20 ANOS DE SUAS: DESAFIOS PARA  
CONSTRUÇÃO DE UM SUAS ANTIRRACISTA**

**23 de setembro de 2025**

Ao Bruno Alves Chaves (*in memoriam*)

## Sumário

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA.....</b>	<b>7</b>
1.1. PROCESSO PREPARATÓRIO DA CONFERÊNCIA.....	9
1.2. DOCUMENTOS ORIENTADORES DA CONFERÊNCIA.....	10
<b>2. SUBCOMISSÃO DE METODOLOGIA.....</b>	<b>11</b>
2.1. PROPOSTAS APRESENTADAS PELAS REGIÕES .....	13
2.2. PARTICIPANTES .....	14
<b>3. SUBCOMISSÃO DE COMUNICAÇÃO.....</b>	<b>15</b>
3.1. PROCESSOS DE MOBILIZAÇÃO E MATERIAIS PRODUZIDOS .....	15
<b>4. SUBCOMISSÃO DE LOGÍSTICA.....</b>	<b>17</b>
4.1. INSCRIÇÕES.....	17
<b>5. REALIZAÇÃO DA 1ª CONFERÊNCIA LIVRE SUAS SEM RACISMO .....</b>	<b>19</b>
5.1. ACOLHIMENTO.....	19
5.2. PAINÉIS .....	23
5.3. PARTICIPANTES .....	32
5.4. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS .....	33
5.5. VOTAÇÃO .....	34
5.6. RESULTADO DA VOTAÇÃO .....	34
<b>6. MOMENTO DO ENCERRAMENTO DA CONFERÊNCIA.....</b>	<b>39</b>
<b>7. AVALIAÇÃO DOS PARTICIPANTES .....</b>	<b>40</b>
<b>8. LIÇÕES APRENDIDAS DA COMISSÃO ORGANIZADORA.....</b>	<b>41</b>
<b>9. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIAS .....</b>	<b>42</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>43</b>

**REALIZAÇÃO:**

Movimento Negro Unificado - Bahia

Federação Nacional dos Assistentes  
Sociais - FENAS

Associação Viver OSC - DF

Coletivo Mulher Vida

Instituto EcoVida

Fórum Estadual de Mulheres Negras – RJ  
(FNMN)

Federação Nacional das APAES  
(Associação de Pais e Amigos dos  
Excepcionais - FENAPAES-RJ)

**Elaboração do Relatório Final:**

Aldeli Carmo

Vania Dutra

**Revisão do Relatório Final:****Diagramação do Relatório Final:****APOIO:**

Ordem dos Advogados - OAB Distrito  
Federal

Frente Gaúcha em Defesa do SUAS e da  
Seguridade Social

Núcleo de Estudos e Pesquisas E'LEÉKÒ  
UFRGS - Instituto E-leekó

Federação Nacional dos Empregados em  
Instituições Benéficas, Religiosas e  
Filantrópicas – FENATIBREF

**Apoio Institucional para transmissão on-line:**

Federação Nacional das APAES (Associação  
de Pais e Amigos dos Excepcionais -  
FENAPAES-RJ)

**Moderadores:**

Anderson Fogo – leitura de pré-proposta

Aparecida Guerra – moderação dos painéis 1 e  
de encerramento com convidados

Carlos Firmino – apoio durante a transmissão,  
chat, lista de presença, votação

Clátia Vieira – leitura de pré-proposta

Cristiane Feijó – moderação painel 2

Edval Costa Serpa Júnior - apoio na criação de  
instrumentos on-line, transmissão e geração de  
dados

Lucas Stempniak – leitura de pré-proposta

Thaise Viana – Acolhimento aos participantes

## **SIGLAS**

ABEPSS – Associação Brasileira de Estudo e Pesquisa em Serviço Social

BA - Bahia

BH - Belo Horizonte

CADÚNICO – Cadastro Único

CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

DF – Distrito Federal

DGTE - Diretoria de Gestão do Trabalho e Educação

FENAPAES-RJ - Federação Nacional das APAES (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais –

FENAS - Federação Nacional dos Assistentes Sociais

FENATIBREF - Federação Nacional dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas

GT – Grupo de Trabalho

MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MG – Minas Gerais

MNU - Movimento Negro Unificado – Bahia

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PBF - Programa Bolsa Família

PE – Pernambuco

PROUNI - Programa Universidade para Todos

RJ – Rio de Janeiro

SMASDH - Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos da Prefeitura de Belo Horizonte

SNAS – Secretaria Nacional de Assistência Social

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUPGF - Subsecretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

## APRESENTAÇÃO

Este relatório é uma síntese do que foi a 1ª Conferência Livre SUAS Sem Racismo. Mais que um registro, ele é uma afirmação de que é preciso ampliar o debate, fortalecer o controle social, diversificar as formas de participação e colocar o enfrentamento ao racismo no centro das decisões. Que cada pessoa que o leia ou que assista à gravação da conferência, sintase chamada a se posicionar, agir e somar esforços para construir um SUAS antirracista, com prática cotidiana pautada pelo princípio inegociável das expressões de racismo.

A 1ª Conferência, realizada em 23 de setembro de 2025, representou mais do que um encontro de especialistas, gestores, usuários, profissionais e estudantes: foi um momento coletivo de escuta profunda, reflexão crítica e de coragem. Inspiradas pela potente reflexão compartilhada por Chimamanda Ngozi Adichie em seu vídeo - lembrando-nos dos perigos das narrativas únicas e da necessidade de reconhecer a complexidade das histórias humanas; pelas falas necessárias das palestrantes, Shirley Samico, Gracyelle Costa, Márcia Eurico e; nas contundentes discussões apresentadas pelos convidados, Janaina Candeias e Renato de Paula, a 1ª Conferência Livre SUAS Sem Racismo, evidenciou que o racismo não é um tema a ser visitado ocasionalmente. Ele exige presença, disciplina, repertório e ação. Exige que paremos de naturalizar violências e desigualdades que, embora históricas, seguem atuais e se reconfiguram em nossos territórios, serviços e relações.

A conferência revela as importantes propostas vindas de diferentes regiões do Brasil, que viraram vozes revelando não apenas a pluralidade de experiências, mas também a urgência de enfrentarmos, de maneira contínua e comprometida, as estruturas raciais que moldam nosso cotidiano, nossas políticas públicas e nossas práticas institucionais. Demonstrou ainda, que falar sobre racismo não é apenas analisar dados ou debater conceitos; é assumir uma posição ética de enfrentamento. Cada pergunta, cada relato e cada provocação lançada mostrou que este não é um debate para poucos. Ele é um chamado coletivo. E, diante da força dos diálogos que dali emergiram, ficou evidente que precisamos multiplicar esses espaços, fortalecê-los e garantir que mais pessoas possam participar, aprender, questionar e transformar.

Este relatório, portanto, não é apenas um registro do que ocorreu, mas um convite e, sobretudo, um compromisso. Que ele seja inspiração para novas conversas, mobilizações e práticas capazes de romper com o silêncio e com as estruturas que sustentam o racismo em nosso país em especial no âmbito das políticas públicas. Que possamos ter mais vozes diversificando as narrativas e construindo, de modo radicalmente democrático, caminhos para uma sociedade verdadeiramente antirracista!

## 1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA

O processo de realização da conferência livre sobre racismo no Brasil é de grande importância para dar legitimidade, sentido político e social, além de aprofundar sobre a temática, considerando que o racismo no nosso país é histórico, estrutural e enraizado em nossa sociedade disfarçado no mito da democracia racial, fruto da colonização e da escravidão, com efeitos persistentes e perversos sobre a população preta.

Essa Conferência, assim, é uma oportunidade para fortalecer o controle social, a cidadania e o protagonismo da população preta e, em especial, os diferentes segmentos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS): trabalhadoras, trabalhadores, usuárias e usuários.

Teve como tema central “20 anos do SUAS: construção, proteção social e resistência”, no âmbito da 14ª Conferência Nacional de Assistência Social. E seu objetivo foi: Discutir o cenário atual da identidade étnico-racial dos usuários dos serviços, programas e benefícios de Assistência Social, bem como as dificuldades de acesso a uma proteção social qualificada e equânime, e apresentar caminhos e estratégias de mitigação de iniquidades raciais e de construção de um SUAS Antirracista que assegure um olhar voltado prioritariamente para seus beneficiários e seus trabalhadores que são majoritariamente negros/as/es.

A Conferência, que foi realizada em 23 de setembro de 2025, se afirma ainda, como espaço autônomo e participativo de debate público, para construção coletiva de propostas que atendam aos anseios dos seus públicos e para o fortalecimento da política de assistência social brasileira. E está ancorada na dinâmica de ações do Grupo de Trabalho SUAS Sem Racismo, criado com o objetivo de debater as questões e dimensões do racismo no âmbito do SUAS. O grupo é composto por conselheiras(os) do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e convidados permanentes, e deverá produzir orientações e estratégias para o enfrentamento do racismo na política de assistência social, conforme descrito na RESOLUÇÃO CNAS/MDS Nº 171, DE 24 DE OUTUBRO DE 2024, que o institui.

Com o propósito de construção de um SUAS antirracistas, a conferência se posiciona contra o racismo, em suas múltiplas expressões — individual, institucional e estrutural —, posto que estas se colocam como mecanismo histórico de negação de direitos, violência e desigualdade sobre a população negra brasileira. Realidade que se reflete diretamente no perfil dos usuários do SUAS, que atende majoritariamente pessoas negras (pretas e pardas) e na naturalização da relação pobreza e população negra, que ainda, carrega uma trajetória de vida marcada por processos de preconceito e discriminação racial.

A relevância do tema se baseia em indicadores e na realidade dos fatos, por exemplo, quanto a questão de gênero, evidencia-se que atualmente mulheres negras representam a maioria do público desta política, como apontado na "Cartilha SUAS sem Racismo" de 2018, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), cujos dados revelam que entre as quase 14 milhões de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), mais de 90% dos responsáveis familiares são mulheres e 75%, entre elas, são mulheres negras, conforme dados do Cadastro Único (CADÚNICO), de abril de 2018.

Igualmente, a composição da força de trabalho do SUAS evidencia que grande parte dos profissionais que atuam na rede socioassistencial também é formado por pessoas negras, especialmente mulheres. Esse fato revela uma dimensão singular: as mesmas pessoas historicamente excluídas são as que sustentam as práticas cotidianas do acolhimento, cuidado e proteção social. No entanto, muitas delas também vivenciam formas sutis e explícitas de racismo institucional, que se manifestam na desvalorização profissional, na não ocupação de cargo de decisão e na falta de reconhecimento de seus saberes e protagonismos.

Estes aspectos marcam que a construção de um SUAS sem racismo exige o enfrentamento consciente dessas contradições, igualmente reafirma o sentido mais profundo da política de assistência social: o de garantir a todas as pessoas o direito à vida digna, à proteção e ao reconhecimento. Mostra que a defesa da cidadania passa, também, pelo enfrentamento das desigualdades raciais que estruturam a sociedade brasileira.

Por fim, foram muitos os elementos analisados para estruturar esta Conferência, mas um de suma importância foi a união de forças de diferentes instituições interessadas nesta proposição. Assim, neste lugar como proponentes é que estão o Movimento Negro Unificado – Bahia, que foi quem submeteu a inscrição da proposta e a Federação Nacional dos Assistentes Sociais - FENAS, que aparece como outra organização proponente. E, como organizações parceiras para inscrição também estão: a Associação Viver OSC-DF, o Coletivo Mulher Vida-PE, o Instituto EcoVida-AP, o Fórum Estadual de Mulheres Negras-RJ, entidades que contribuem com ações diversas para o fortalecimento do SUAS, no enfrentamento do racismo e para a promoção da igualdade racial. E ainda contou com a importante contribuição da Federação Nacional das APAES (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - FENAPAES-RJ), que disponibilizou espaço no seu canal do YouTube para transmissão, em on-line e no tempo necessário para que a conferência pudesse acontecer.



### 1.1. PROCESSO PREPARATÓRIO DA CONFERÊNCIA

Para dar concretude ao processo de realização da conferência, que deveria ser realizada entre o período de 12 de maio a 17 de outubro de 2025, conforme a Resolução MDS/CNAS, nº 188 de abril de 2025, foram necessários encontros, debates e etapas operacionais com atribuições distribuídas entre uma comissão organizadora da conferência que foi constituída, com o compromisso assumido pelos diferentes interlocutores: representantes institucionais, trabalhadores e usuários do SUAS, que de forma aguerrida, fez acontecer esta Conferência Livre em 2025.

Vale destacar que para realizar a Conferência, esta deveria ser organizadas e custeadas por seus proponentes, que também, deveriam se orientar pelas diretrizes estabelecidas no Informe CNAS nº 3/2025, sobre a “garantia de ampla participação social e acessibilidade universal às(aos) participantes, bem como as previsões descritas no Informe CNAS nº 4/2025, que incentiva a participação de usuárias(os) do SUAS. Assim, a comissão organizadora sem recursos financeiros e infraestrutura teve o desafio de articular parcerias, mobilizar outras instituições e lideranças regionais para viabilizar a realização da conferência.

As atividades da comissão organizadora consistiram em estruturar as diferentes frentes de trabalho, mapeando as demandas e as formas de implementá-las, tendo como base de entendimento a diversidade e as diferenças regionais em um país com as dimensões do Brasil.

Esse processo de articulação foi todo de forma virtual, através de um grupo de apoio a conferência, criado no WhatsApp, reunindo cerca de 36 participantes, representantes de movimentos sociais, coletivos e organizações que atuam diretamente ou abordam a temática racismo nas suas práticas cotidianas. E essa comissão, definiu as formas de mobilização, participação, inscrição, adesão e de contribuições à Conferência.

Os participantes da comissão organizadora, foram divididos nas subcomissões, ficando cada uma delas com uma série de atividades, de acordo com a seguinte distribuição: subcomissão de metodologia, comunicação e logística (Anexo 1).

Como norteadores da estrutura da Conferência, destaca-se que “as conferências convidam todas/os as/os participantes a refletirem sobre o papel do SUAS no enfrentamento das desigualdades e na construção de um país solidário, reafirmando o compromisso com a inclusão e a dignidade de todas as pessoas.”<sup>1</sup>, conforme o Informe CNAS Nº 1/2025. E no mesmo documento, encontram-se os diferentes eixos temáticos da 14ª Conferência Nacional de Assistência Social, que orienta as demais conferências (livres, municipais e estaduais), são eles:

---

<sup>1</sup> Informe CNAS Nº 1/2025: Temas e Eixos, pág. 8.

EIXO 1: Universalização do SUAS: Acesso Integral com Equidade e Respeito às Diversidades;  
EIXO 2: Aperfeiçoamento Contínuo do SUAS: Inovação, Gestão Descentralizada e Valorização Profissional;  
EIXO 3: Integração de Benefícios e Serviços Socioassistenciais: Fortalecendo a Proteção Social, Segurança de Renda e a Inclusão Social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS);  
EIXO 4: Gestão Democrática, informação no SUAS e comunicação transparente: fortalecendo a participação social no SUAS;  
EIXO 5: Sustentabilidade Financeira e Equidade no Cofinanciamento do SUAS.

Os cinco eixos foram elaborados com o sentido de demonstra os aspectos fundamentais relacionados aos seus respectivos temas, que deve ser seguido garantindo um padrão. O trabalho da comissão foi examinar os eixos e a partir deles alimentar os debates nos grupos para obterem alinhamento de entendimentos, aprofundar sobre as temáticas para que assim, fossem produzidas as propostas.

## 1.2.DOCUMENTOS ORIENTADORES DA CONFERÊNCIA

Como base referencial e conceitual da Conferência utilizou-se contribuições de autores, pesquisadores e estudiosos que aprofundam as discussões sobre a temática promoção da igualdade racial, antirracismo, escravidão, decolonialismo, letramento racial, interseccionalidade, dentre outros. Um dos materiais foi a cartilha e encartes da campanha do Ministério do Desenvolvimento Social, SUAS Sem Racismo, de 2018, além do vídeo da Chimamanda<sup>2</sup>, sobre “o perigo da história única”, que teve o propósito de alimentar o debate sobre resistência e contribuições sociais da população negra brasileira.

Estes materiais serviram especialmente de apoio para o GT SUAS sem Racismo, para os organizadores da conferência e para os participantes dos GT regionais, para suscitar reflexões e contribuir para inspirar a formulação das propostas levadas para conferência, bem como para proposições de caminhos possíveis para a consolidação de um SUAS sem racismo no Brasil. Além destes documentos conceituais, foram utilizados outros de cunho legal ou institucional, como as resoluções do CNAS.

---

<sup>2</sup> Chimamanda Ngozi Adichie “o perigo da história única”, uma das palestras mais assistidas do TED Talk no ano de 2014. É uma feminista e escritora nigeriana, reconhecida e também, uma das mais importantes autoras negras de sucesso.

## 2. SUBCOMISSÃO DE METODOLOGIA

A metodologia em uma conferência, formula as diretrizes, os referenciais e os mecanismos que podem ser adotados para mensurar os seus resultados, como, por exemplo, os aspectos da intersetorialidade e da diversidade (gênero, raça, geração, território etc.), quanto aos participantes e convidados que devem fazer parte do momento conferencial. Esses elementos garantem um percurso que possibilita ao mesmo tempo, a prestação de contas, a identificação dos desafios existentes e a visualização de caminhos para a propositura de estratégias que façam gerar avanços para uma dada política pública.

A metodologia da Conferência Livre do SUAS, envolveu a estruturação do processo para tornar o momento conferencial interativo, participativo e reflexivo. Do ponto de vista operacional, a metodologia estabeleceu os objetivos e formas de participação, garantindo a coerência entre as etapas e transparência dos processos, com intuito do alcance de legitimidade, participação qualificada e resultados concretos para conferência.

Assim, foram pontos de atenção a linguagem dos materiais e as formas de apresentá-los, tornando-os acessíveis, garantindo que todos os participantes compreendessem as abordagens e os conceitos, levando em conta a diversidade dos públicos e também, que preservassem os aspectos técnicos, normativos e políticos norteadores da Política de Assistência Social e do SUAS.

O processo metodológico contou com as seguintes macroações:

- Elaboração de referências para orientar a operacionalização da conferência (análise dos eixos e das temáticas, conceitos da conferência, conexão do tema racismo, da Conferência Livre, com os 5 eixos propostos para a 14ª CNAS/2025; definição dos nomes dos painelistas, formalização de convites, estabelecimento dos tempos de fala dos participantes, tempo de duração da conferência, instrumentos e ferramentas necessários para uma conferência virtual para uso nas regiões e na conferência, programação, estrutura de relatoria, dentre outros aspectos);
- Apresentação de instrumento de votação virtual das pré-propostas, bem como das orientações para seu uso durante a Conferência;
- Apresentação de referenciais para o número de participantes, número de pré-propostas e formas de validação das votações;
- Definição da metodologia de coleta, uso dos instrumentos e formas de apresentação das pré-propostas, por região;
- Criação de instrumento para coleta das avaliações dos participantes da Conferência;
- Definição dos painéis e as temáticas abordadas;
- Definição das funções dos mediadores para os painéis e o momento da apresentação das propostas;

- Estabelecimento dos tempos de fala de painelistas e mediadores em cada momento da Conferência;
- Apresentação de referenciais para a relatoria da Conferência.

A partir deste arcabouço ficou definido que seriam, no mínimo cem, o número de participantes, contemplando, pelo menos, cinco estados ou quatro estados e o Distrito Federal e abrangendo três distintas regiões geográficas. Estrategicamente ficou acordado que cada estado apresentaria propostas para um ou dois eixos, de acordo com as suas escolhas e tiveram até o dia 30.08.2025 para apresentarem as pré-propostas para serem levadas para Conferência. Assim, cada região se articulou por WhatsApp ou com encontros presenciais entre os dias 25 e 28.08.25.

A programação foi estruturada de acordo com as temáticas que orientam a conferência, conforme documento completo no (Anexo 2), contendo ainda informações sobre as suas etapas, contando com o seguinte ordenamento:

- ✓ Abertura da 1ª Conferência SUAS Sem Racismo, às 17h, com boas-vindas e leitura da programação e suas etapas, com as falas iniciais da Thaise Viana, representante do MNU-BA;
- ✓ Exibição do vídeo da Chimamanda, escritora nigeriana sobre "O perigo da História Única" para discutir resistência e contribuições da população negra brasileira.
- ✓ Painel 1: (Des)caminhos do debate racial na Política de Assistência Social: contribuições negras, ações antirracistas e subfinanciamento, com dois palestrantes, Shirley Samico, representante da SNAS/CNAS e o Bruno Alves Chaves, representante do MDS, Coordenador Geral de Programas e Ações de Combate às Discriminações, contando como mediadora, Aparecida Guerra - - assistente social, aposentada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, ex-conselheira e ex-presidenta do CMAS/Rio e atualmente conselheira titular do CNAS representando a FENAS. Cada palestrante com 15 minutos de fala e a mediadora outros 5 minutos;
- ✓ Painel 2: População Negra, Proteção Social, vulnerabilidade e riscos sociais, e violação de direitos: apresentando e debatendo alguns dados e informações históricas e atuais. Como palestrantes Gracyelle Costa, da UFRJ e Márcia Eurico, da ABEPSS. Tendo como mediadora a Cristiane Feijó, do Núcleo de Estudos e Pesquisas E'LÉÉKÒ UFRGS.
- ✓ De 18h30 às 19h10 - apresentação das 16 pré-propostas elaboradas pelos estados/regiões. Como apresentadores, com um tempo de cinco minutos para fazerem a

leitura distribuída entre eles, são: Anderson Fogo, da Associação Viver e Membro cultura negra em Brasília, da 1ª à 5ª pré-proposta; Clátia Vieira, representante da Fenatibref/Fórum Nacional de Mulheres Negras/RJ, da 6ª à 10ª e; Lucas Stempniak, do Coletivo Pretos no SUAS, da 11ª à 16ª.

- ✓ De 19h10 às 19h20: Orientações para a votação virtual das propostas. O mediador sendo o Carlos Firmino, Diretor de Gestão do Trabalho e Educação Permanente da Subsecretaria de Planejamento, Gestão e Finanças/Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos da Prefeitura de Belo Horizonte/MG/DGTE/SUPGF/SMASDH, passando as instruções do processo de votação, que será de 10 minutos para votar em até 5, dentre as 16 pré-propostas. Não haverá debate ou apresentação de destaque sobre as mesmas.
- ✓ De 19h20 às 19h30 realização da votação virtual das propostas, disponibilizada, através de um link no chat. Sendo esta votação validada por maioria simples das(os) participantes.
- ✓ De 19h30 às 19h45 abertura de falas, com análises gerais sobre a Conferência e seus processos, para Aldenora Gonzalez, representante do Instituto Eco Vida, Janaina Candeias, representando a FENAPAES-RJ e o Renato de Paula, da Universidade Federal de Goiás. Cada um deles com cinco minutos para os seus pronunciamentos.
- ✓ De 19h45 às 20h, previsão da apresentação das três propostas mais votadas para encaminhamento ao CNAS, votação de desempate, caso necessário, com nova votação, que se dará pelo chat. E após conhecer as três propostas mais votadas, a Aparecida Guerra FENAS, irá proferir as palavras finais, com informes, agradecimentos e o encerramento.

## 2.1.PROPOSTAS APRESENTADAS PELAS REGIÕES

Contando com uma dinâmica intensa de articulações e mobilização, a comissão organizadora da conferência, se deteve em prestar os esclarecimentos aos representantes estaduais para manter o alinhamento de entendimentos sobre a votação regionais. Nesse sentido, foram 22 propostas recebidas (Anexo 3), sendo 07 da região Sudeste, 06 da região Nordeste, 05 da região Centro-Oeste/DF e 04 da região Sul.

Uma das ações que coube a subcomissão de metodologia, foi analisar a totalidade das propostas e estabelecer as 04 propostas representativas de cada região para serem levadas para Conferência Livre.

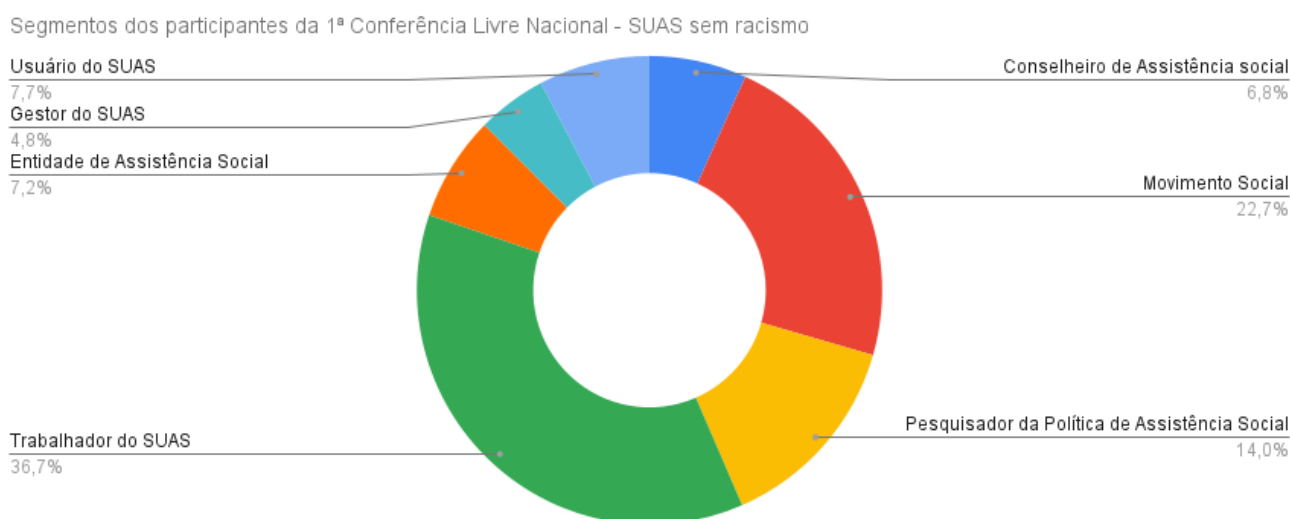
Antes de tudo, cabe destacar que a subcomissão de metodologia reconhecendo o esforço e a qualidade das contribuições enviadas, devido as reflexões relevantes e comprometidas com a realidade regional, para a consolidação final em 16 propostas, precisou seguir alguns critérios que priorizaram: o alinhamento com os cinco eixos da 14ª Conferência Nacional, evitar repetições e garantir uma consistência textual.

Contudo, ainda que algumas propostas não tenham sido integralmente incorporadas, todas expressam perspectivas importantes, que certamente seguirão inspirando os processos de construção coletiva para um SUAS Sem Racismo em nosso país.

## 2.2.PARTICIPANTES

Uma das preocupações da comissão organizadora da conferência era garantir que os públicos participantes fossem diversos e representativo (Gráfico 1), sendo este formado por adolescentes, jovens, mulheres, trabalhadores, gestores, usuários, conselheiros da assistência social, movimentos sociais, estudantes, professores e igualmente com representação de entidades de diferentes áreas e região brasileira, o que foi contemplado pela conferência. Ao todo foram 502 pessoas cadastradas para participar da conferência.

**Gráfico 1:** Percentual de inscrições, por segmento.



### 3. SUBCOMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

No geral, uma subcomissão de comunicação de uma conferência, dentre diferentes ações, carrega o papel central que envolve: estabelecer as orientações para o uso das peças gráficas como logomarcas, cartazes, banners, folder e outros sirvam para fortalecer o reconhecimento da conferência; divulgar o propósito e relevância social da conferência, mostrando que a participação faz diferença e fortalece o sentido coletivo; produzir mensagens e formas de compartilhar os materiais e informações, por exemplo, nas redes sociais, e-mails ou grupos de WhatsApp; orientar quanto o uso de linguagem acessível e inclusiva, para se evitar muitos termos técnicos e rebuscados que gerem distanciamento e pouco entendimento de alguns participantes. Considerou-se público direto: usuários, trabalhadores, gestores e conselheiros da Assistência Social de todo o país.

#### 3.1.PROCESSOS DE MOBILIZAÇÃO E MATERIAIS PRODUZIDOS

Como processo democrático, uma conferência garante que todo seu percurso seja participativo e dialogado. Nesse sentido, o papel da subcomissão de comunicação foi estratégico e visou estabelecer interlocuções e produzir formas de comunicação em que todos quisessem fazer parte. Assim, se preocupou com uma construção coletiva de: informar, inspirar e envolver o maior número de pessoas, mantendo a coerência entre mensagem, linguagem, propósito e os objetivos, tanto da Conferência Livre, quanto da 14ª Conferência Nacional.

Quanto ao trabalho e o cotidiano prático, para a Conferência Livre SUAS Sem Racismo, a subcomissão de comunicação, se apoiou em checklist, que se ocupa com:

- ✓ Gerar link e gravar as reuniões da Comissão Organizadora da Conferência Livre SUAS Antirracista;
- ✓ Gerar lista de presença virtual para a Conferência;
- ✓ Gerar link para votação virtual das propostas na Conferência;
- ✓ Gerar link e gravar a Conferência;
- ✓ Elaboração de orientações para votação virtual das pré-propostas;
- ✓ Gerar link de inscrição (com dados específicos: nome; identidade racial, idade e de gênero, Estado, Município, atuação /função no SUAS, entidade que representa, contato telefônico e virtual etc.);
- ✓ Produção de cards, carrossel etc., para divulgação da Conferência (divulgação, com no mínimo, 1 mês de antecedência, com o link de inscrição);
- ✓ Divulgação, buscando garantir presença de diferentes públicos: entidades do movimento negro dos Estados e Nacionais, bem como junto a representações estaduais de categorias de trabalhadores e de usuários do SUAS, além dos Conselhos Municipais e Estaduais de Assistência Social e organizações, como coletivos e

entidade que atuam com públicos jovens e adolescentes.

- ✓ Gerar formulário virtual de avaliação da Conferência (contemplando questões sobre divulgação, acesso, organização, qualidade das discussões, comunicação etc.).

Também, na prática, os grupos criados pelo WhatsApp foram mobilizando outros participantes e de acordo com as possibilidades locais, promoveram debates e reflexões, ricas, que facilitaram o processo de elaboração das propostas para serem levadas e apresentadas na Conferência.

Os materiais da 1ª Conferência Livre, foram produzidos de acordo com as orientações e especificações do Manual de Identidade Visual da 14ª Conferência Nacional de Assistência Social e logomarca proposta pelo CNAS, conforme consta no item documentos orientadores da Conferência Livre, desse relatório.



**Conferência Livre Nacional:  
SUAS sem racismo**

**20 anos de SUAS:** Desafios para  
construção de um **SUAS Antirracista**

**Prazo limite para  
apresentação de  
pré-propostas!**

**Data:** 28/08/2025

**Envie a sua pré-proposta:**

Mande um email com nome, estado e a pré-proposta para:  
**conferenciasuassemracismo@gmail.com**

**ORGANIZAÇÃO**

**APOIO**

Logos das organizações parceiras e apoiadoras: FENAS, FENATIBREF, EcoVida, Viver, ELÉCO, CNAS.

Fonte: card produzido pela comissão organizado – card inscrição de pré-propostas.



## 4. SUBCOMISSÃO DE LOGÍSTICA

As ações da Subcomissão de Logística compreende essencialmente cuidar do processo de implementação da conferência garantindo que as condições materiais, estruturais e operacionais em todas as suas etapas, aconteçam com segurança e acessibilidade. Ou seja, assegura que a estrutura, o tempo, o espaço e os recursos estejam a serviço dos objetivos da conferência.

Para esta conferência, as ações desta comissão foram organizadas da seguinte forma:

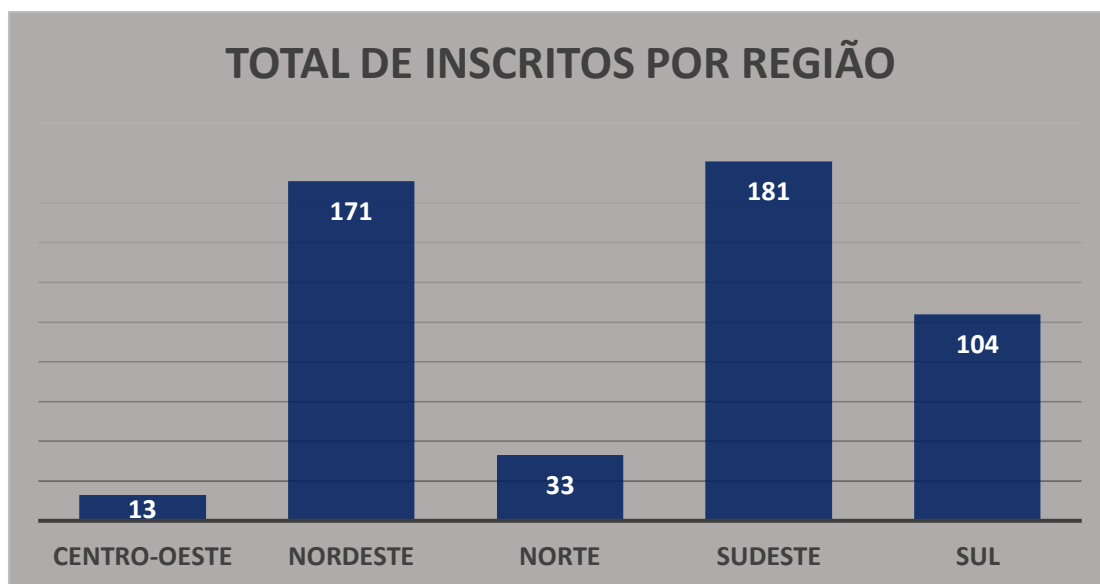
- ✓ Alinhamentos/comunicação com CNAS quanto às providências para realização da conferência;
- ✓ Elaborar e enviar e-mails/Ofício circular convite para todos os convidados e palestrantes falando da Conferência;
- ✓ Socializar materiais de orientação e temático sobre a Conferência com os participantes;
- ✓ Atualização sobre a execução dos encaminhamentos/providências no grupo de WhatsApp;
- ✓ Convite a colaboradores externos, para além da comissão organizadora, para a organização da Conferência Livre;
- ✓ Mobilização e monitoramento das inscrições dos participantes que serão efetivadas virtualmente com preenchimento de formulário virtual;
- ✓ Envio de lembretes para a organização ao menos 1 semana antes da conferência
- ✓ Articulação para assegurar tradução de modo a garantir acessibilidade de pessoas com deficiência;
- ✓ Envio de relatório da Conferência para o CNAS no formato e prazo estabelecido.

### 4.1. INSCRIÇÕES

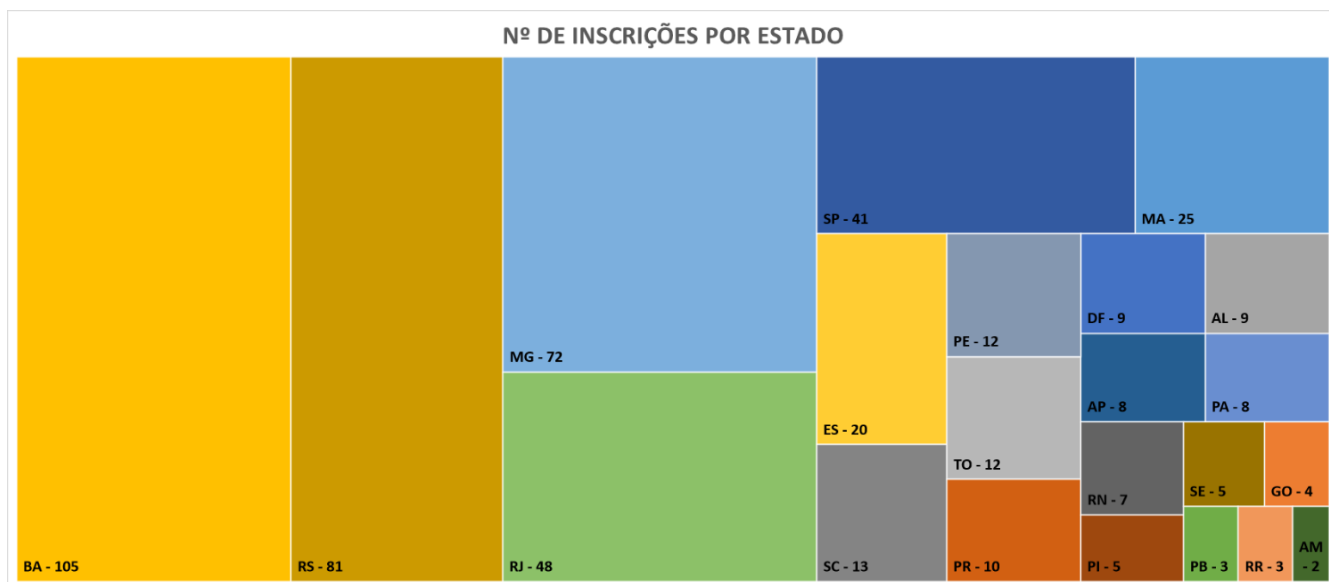
As inscrições foram até o dia 20/09/2025. No dia da realização da 1ª Conferência Livre haviam 502 inscrições válidas, representantes de todas as regiões brasileira (Gráfico 2). Dos 27 estados brasileiros (Gráfico 3), não tiveram participantes inscritos no Acre, Ceará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, nem de Rondônia, conforme dados demonstrados nos gráficos que seguem abaixo.

Quanto a representação, por segmentos da sociedade, em sua maioria, conforme já demonstrado no gráfico 1, entre os inscritos, (36,7%) são trabalhadores do SUAS, o segundo segmento com maior percentual de inscritos são os movimentos sociais (22,7%) e os pesquisadores da política de assistência social representam o terceiro segmento dentre as inscrições (14%).

**Gráfico 2:** Número de inscritos, por região brasileira.



**Gráfico 3:** Número de inscrições, por estado brasileiro.



## **5. REALIZAÇÃO DA 1ª CONFERÊNCIA LIVRE SUAS SEM RACISMO**

### **5.1. ACOLHIMENTO**

O acolhimento da 1ª Conferência Livre SUAS Sem Racismo, teve início às 17:15h, haviam mais 500 inscritos e foi conduzido pela Thaise Viana, representante do Movimento Negro Unificado da Bahia (MNU-BA), assistente social, pesquisadora desse campo de conhecimento, que atualmente está Coordenadora de Saúde do MNU-BA. Thaise proferiu as palavras iniciais de boas-vindas, faz saudações democráticas, reconhecendo que estamos em tempos difíceis e por ela (democracia) conseguimos chegar nesse espaço. Também fez agradecimentos a imaterialidade, as divindades e a ancestralidade, referências espirituais e energética de diferentes tradições e religiões.

Destacou a importância desta conferência, por ser a primeira depois de um movimento que considerou ainda tímido no âmbito do SUAS, iniciado com a 10ª Conferência Nacional de Assistência Social, em 2015, mas que revelou um número expressivo de deliberações sobre a questão racial e a diversidade étnico-racial e também lembrou da Campanha SUAS sem Racismo, do ano de 2018, portanto afirmou que esse momento é histórico, fruto e eco dos movimentos citados, por isso agradeceu a todas e todos que contribuíram e tornaram este dia possível para realizar a 1ª Conferência Livre SUAS Sem Racismo!

Fez referência ao tema da Conferência, “20 anos de suas: desafios para construção de um SUAS antirracista”, que comemora a existência do sistema, mas sobretudo assumindo e reafirmando compromisso com a equidade. E o seu objetivo que é discutir o cenário atual da identidade étnico-racial dos usuários dos serviços, programas e benefícios socioassistenciais, bem como pensar e refletir sobre a dificuldade de acesso da proteção social qualificada e equânime e nesse sentido, apresentar caminhos e estratégias para mitigar as inequidades sociais e construir um SUAS antirracista.

Adiciona que é igualmente necessário produzir reflexões como estas que a Conferência propõe, porque temos na política, do ponto de vista da sua identidade étnico-racial, trabalhadores e usuários, majoritariamente negros.

Dentre as questões operacionais, informou que: a conferência não elege delegados, mas assegura que três propostas sejam levadas para a 14ª Conferência Nacional de Assistência Social; ela tem como público, os usuários, gestores, conselheiros, trabalhadores, pesquisadores e outros interessados no tema; foi garantida a sua exibição pelo YouTube dada a diversidade e

expressividade de inscritos, que foram mais de seiscentas, então seria preciso um mecanismo robusto, consistente e seguro para fazer a transmissão.

Sobre as instituições, que possuem relevância para esse momento acontecer, colocou que o CNAS produziu uma resolução orientando como fazer as Conferências Livres, e as organizações citadas, apresentaram uma proposta ao CNAS para a realização dessa conferência e, depois da aprovação iniciaram os trabalhos até chegar na execução. Complementou essa parte operacional, nomeando as instituições, que são: Movimento Negro Unificado – Bahia, Federação Nacional dos Assistentes Sociais - FENAS, Associação Viver OSC – DF, o Coletivo Mulher Vida-PE, o Instituto EcoVida-AP, o Fórum Estadual de Mulheres Negras-RJ, Federação Nacional das APAES - FENAPAES-RJ e outras articulações e atores parceiros que se agregaram posteriormente.



Fonte: Print, extraído pela comissão organizadora. Momento do Acolhimento.

Quanto a programação da Conferência, faz um panorama de que ela está distribuída em seis momentos (Anexo 4), o primeiro é o acolhimento, depois dois painéis temáticos, apresentação das pré-propostas, votação das cinco pré-propostas para se eleger as três que irão para Conferência Nacional.

Já seguindo para o momento final do acolhimento, Thaise solicitou que se fizesse a exibição do vídeo, com uma breve descrição de que ele se tratava de um material protagonizado pela Chimamanda, uma escritora nigeriana que tem contribuído significativamente para o debate mundial e temos bebido dessa fonte. Enquanto país diaspórico e do quanto a gente

precisa construir outros modos de existência não colonizador e, portanto, valorizando as nossas referências africanas e construindo relações mais equânime. Deseja que todos gostem e possam conhecer depois o vídeo na íntegra. Para esse momento da conferência, foi apresentado os primeiros quatro minutos, o que considerou um esquentar para os debates e reflexões da conferência.

Vídeo – *[destaque da relatora]* ...quando era criança lia livros estrangeiros e passou a escrever, mas seus livros tinham de ser sobre personagens estrangeiros e sobre coisas as quais não podia se identificar... Depois quando passou a descobrir escritores africanos, passou por uma mudança mental, começou a escrever sobre coisas que reconhecia e uma das consequências inesperadas é que não sabia que pessoas como ela, com a cor da pele dela, poderiam estar na literatura. “Descobrir escritores africanos ajudou me salvar de uma única história sobre o que os livros são!” Posteriormente, já na universidade, nos Estados Unidos, se surpreendeu com o desconhecimento da sua colega de quarto sobre África e seu povo, que a lançava perguntas de diferentes ordens e marcadas por equívocos e desconhecimentos. Ainda, sobre um empregado da casa da sua família, relata que a pobreza dele era a sua “história única sobre ele.”

Após o vídeo, Thaise Viana retorna e tece algumas importantes reflexões. A primeira delas, destacando que, fica para nos ambientar e nos estimular durante a nossa conferência é sobre uma questão que considera central que é a seguinte: Qual a história única nós aprendemos sobre assistência social? E desdobra com outros grandes questionamentos:

1. Será que é assistência social brasileira só bebeu na fonte de experiências europeias?
2. Será que pobreza e assistência social tem relação natural?
3. Pobreza e população negra tem relação natural?
4. Será que a população negra desfruta dos piores indicadores sociais por falta de mérito, esforço individual, por acomodação?
5. Serão os beneficiários do Bolsa Família em sua maioria, negros preguiçosos?
6. Será que a história da população negra, afrodescendente, se resume a escravidão?
7. Será que não existe relação entre escravidão colonialismo, racismo e capitalismo e desproteção social brasileira?

Vamos dialogar hoje sobre as referências importantes que vão iniciar as nossas reflexões. Primeiro lembrar que a história do povo negro não começa na nossa história da colonização, não começa a partir da escravidão é preciso considerar que nós tínhamos uma vida em África e que em África nós tínhamos experiência de reis e rainhas negros que não nos foi contada na história formal do nosso país. Nós somos frutos de um sequestro africano, portanto é importante lembrar que violência e a ruptura de vínculos familiares quando se trata de

população negra são temas históricos, caros, que atravessam séculos. Nós não podemos desconsiderar quando formos fazer a abordagens no dia a dia do nosso trabalho.

Temos mais de 500 anos de existência desse país e quase 400 foi regime escravocrata, significa dizer, portanto, que nós negros somos produtores de riquezas que nos foram impedidas de acessá-las. Vale dizer também, que parte da nossa realidade de indicadores sociais negativos que acometem a população negras, elas são fruto de um processo de abandono, de desproteção estatal pós-escravidão e conclusão desse regime e relacionado as medidas legislativas que foram adotadas pelo governo brasileiro nos anos de 1800 quando se definiu inclusive, impedindo que a população negra acessasse terra e a escola.

Então, o analfabetismo, o fato de nós sermos maioria sem-terra, não está descolado dessa realidade de 1800, fruto de um processo de desigualdade secular. É importante dizer que as irmandades negras deste país, que as organizações de trabalhadores negros desse país e a professora Gracyelle Costa irá trazer isso para a gente através do trabalho da tese de doutorado dela, foram influências importantes para a organização da nossa proteção social brasileira, mas, essa história não nos foi contada. Por que será? Vale lembrar que desde a década de 90 especialmente pós-conferência de Durban se a gente pensar no marco da conferência de Durban, que impulsionou o processo de promoção da igualdade racial por meio das políticas públicas no território brasileiro, vamos identificar que a saúde e a educação já vêm fazendo esforços importantes na promoção da igualdade racial. E por que será que a assistência social não conseguiu avançar no mesmo movimento desde a década de 90, pós-conferência de Durban? Por que será que a gente só conseguiu fazer as primeiras discussões em relação a esta pauta racial na assistência social de 2018 pra cá? Com a campanha sobre racismo fica a reflexão pra que a gente pense o quanto o racismo está atravessado na história desse país e, portanto, não diferente da história da assistência social. Não é racismo próprio da relação social, essa dimensão pequena, nós estamos aqui discutindo e vamos discutir sobre política pública de reparação e equidade. Importante discutir racismo enquanto estrutura, enquanto parte da estrutura da forma de organização da sociedade brasileira e não necessariamente a partir de atitudes individuais consciente e entendendo o quanto nosso inconsciente é atravessado pelo racismo que organizou a nossa sociedade, o nosso país, as nossas relações das diferentes formas: econômicas, sociais, familiares, enfim... com isso chamo para o final do nosso momento e desejo todos uma boa conferência e uma boa discussão! Encerra passando a fala para a Aparecida Guerra.

## 5.2. PAINÉIS

### **O primeiro painel: (Des)caminhos do debate racial na Política de Assistência Social: contribuições negras, ações antirracistas e subfinanciamento.**

Palestrantes: Shirley Samico (SNAS/CNAS) e Bruno Alves (MDS) que não pode participar, devido a um imprevisto que teve. Mediadora: Aparecida Guerra (FENAS).



Fonte: print de tela extraído pela comissão organizadora da conferência: Painel 1

**Principais pontos da palestra de Shirley Samico** – Faz a sua autodescrição, mulher negra e pernambucana e agradece a participação e de poder caminhar ao lado da Mediadora Aparecida Guerra. São 20 anos de SUAS, um projeto que não está pronto, mas está legitimado e tem muito desafios ainda no Brasil. Sistema Único de Assistência Social (SUAS) precisa ainda reconhecer a justiça racial. Foco da apresentação foi pensar os (des) caminhos do debate racial na política de Assistência Social: contribuições negras, ações antirracistas e subfinanciamento. Apresentação dividida em três pontos; (1) Descaminhos – Universalização x Problemas de recortes – A LOAS traz o tema da equidade, a maioria dos usuários de política de assistência são pessoas negras, pensar a política universal com recorte social. Apresenta como um marco a publicação *Desafios para a construção de um SUAS sem racismo: Assistência Social e População Negra no Brasil*, (2) Contribuições – ontem, hoje e sempre. Hoje o debate do SUAS tem reconhecimento por ter sido bandeira de luta do Movimento Negro, que lutou e luta para o reconhecimento das desigualdades raciais como uma questão social e de racismo estrutural que perpétua a exclusão social. Através de denúncias do Movimento Negro e também de práticas comunitárias lideradas por comunidades negras, em especial mulheres no trabalho

social com famílias, e esforços de luta dos trabalhadores no fortalecimento de vínculos comunitários e cidadãos reconhecemos a importância da luta antirracista no cotidiano profissional, sendo pouco esforços da gestão (3) Planos e compromissos a serem renovados. Plano decenal de 2016-2026, o trabalho social com famílias deve considerar a diversidade territoriais, regionais, estaduais e municipais, a presença de vulnerabilidade de condições de vida das famílias, diversidades culturais, étnicas, raciais, socioeconômicas, políticas e territoriais. Importante revisar e normativa do SUAS, para fortalecer diversidade e especificidade de público grupos e povos tradicionais específicos.

A última conferência exige uma maior representatividade da população negra, porque a concretude do SUAS sobre o trabalho social com população negra precisa avançar. Na vigilância socioassistencial a primeira informação importante é a produção e qualificação de dados desagregados por raça/cor.

O CENSO SUAS tem 18 anos, mas ainda não demarcar os trabalhadores em raça/cor. Outro desafio autoidentificação pelo Responsável familiar, sem escutar os outros integrantes da família. A portaria de 2009 ampliou no Cadastro Único a identificação de grupos e povos tradicionais específicos. Um outro debate é preciso estruturar as áreas de vigilância socioassistencial para realizar diagnósticos e tornar transparentes os dados de raça/cor, de diversidade étnica.

O debate do financiamento, há uma insuficiência de recursos no SUAS afeta sobretudo territórios de maioria negra, perpetuando desigualdades histórias: reivindicar cofinanciamento com base em coberturas e não em pisos; fortalecer financiamento do SUAS para participação social, olhar para população negra da universidade com equidade racial.

Educação Permanente e Gestão do trabalho com recorte racial, da interseccionalidade, reconhecer com as vulnerabilidades se agravam quando combinam pobreza, raça, gênero e território. O que nos impõe uma conduta ética em defesa intransigente dos direitos humanos, o que inclui a luta antirracista, protocolos específicos de atendimentos, formação crítica de trabalhadores(as) do SUAS. Cita como exemplo o curso Diversidade Importa. O debate do controle social que deem voz e participação aos usuários negros, quilombolas e indígenas. Debate a ser enfrentado nos territórios, cita autora Walquíria Rego, que o direito reclamável construção da voz pública e coletiva, formação e sensibilização para a garantia de equidade nos processos de deliberação do controle social. Também abertura de estruturação de canais de denúncia de práticas racistas no âmbito da assistência social, como retorno sistemática ao controle social.



Finaliza a apresentação enfatizando o GT SUAS sem Racismo: Instituição e Diretrizes – Resolução CNAS/MDS, número 172 de 24 de outubro de 2024, sob coordenação de Aparecida Guerra, onde tem avançado em várias discussões do SUAS Antirracista.

**Painel 2: População Negra, Proteção Social, vulnerabilidade e riscos sociais, e violação de direitos: apresentando e debatendo alguns dados e informações históricas e atuais.**

Palestrantes: Gracyelle Costa (UFRJ) e Márcia Eurico (ABEPSS)

Mediadora: Cristiane Feijó (Núcleo de Estudos e Pesquisas E'LEÉKÒ UFRGS). Faz a leitura de um texto introdutório sobre as condições históricas da população negra, que o racismo estrutura a vida das pessoas negras, o racismo atravessa o cotidiano do atendimento e a relação de trabalho e reproduz adoecimento de trabalhadores negros, apresenta as painelistas, e segue-se a apresentação das palestrantes.



Fonte: print de tela extraído pela comissão organizadora da conferência. Painel 2

**(1) Palestrante Gracyelle Costa:**

A palestra de Gracyelle Costa, mulher de 35 anos, de pele parda, situa-se no marco da reflexão crítica sobre o racismo estrutural e institucional no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Logo no início, a palestrante se apresenta, agradece aos organizadores da Conferência e saúda os trabalhadores e trabalhadoras do SUAS, reafirmando o desejo de que o SUAS seja, de fato, antirracista. Ela destaca a Bahia como um território especial em sua trajetória, por tê-la

acolhido em anos de trabalho na assistência social e por ter sido o contexto em que se originou a pergunta norteadora de sua pesquisa: “Qual a cor que necessita da assistência social?”

A partir dessa questão, Gracyelle argumenta que o racismo se opera não apenas pela ação explícita, mas também pela omissão. Um dos elementos que mais a impressionava, ao longo do trabalho no SUAS e da construção da pesquisa, era precisamente a omissão: ainda que o perfil populacional atendido se represente majoritariamente como composto por mulheres negras, não havia, nas normativas e diretrizes da política, documentos que problematizassem esse dado de forma consistente. Ela evidencia que cadernos orientadores, instrumentos e diretrizes do SUAS não incorporavam, por muito tempo, uma discussão explícita sobre raça/cor, gênero e território, reforçando o silenciamento da centralidade da população negra na política.

No percurso de formação e pesquisa, Gracyelle relata ter se dedicado, nos últimos quinze anos, a estudos com trabalhadores do SUAS em nível de ensino superior, tanto no mestrado quanto no doutorado. Seu objetivo era compreender como esses profissionais percebiam o perfil dos usuários da proteção social básica. Algumas respostas reunidas nesse processo chamaram profundamente sua atenção. Um psicólogo afirma que “nunca tinha parado para pensar” no perfil dos usuários. Outro profissional declara que “não vê raça/cor” no atendimento. Uma assistente social comenta que, no serviço, “só lidamos com cidadãos”, como se a referência à cidadania pudesse dispensar a consideração de marcadores de raça e gênero. Esses exemplos ilustram como o racismo brasileiro, naturalizado e insidioso, é frequentemente deslocado do campo da nomeação para o território da negação (“não vejo cor”) ou da abstração (“tratamos todos como cidadãos”), apagando desigualdades concretas e da naturalização da paisagem da população em sua maioria negra que acessa os serviços socioassistenciais.

Quando se indaga qual é o perfil de gênero, raça e territorialidade das pessoas atendidas, Gracyelle observa que, em lugar de um reconhecimento explícito de que se trata, em sua maioria, de uma população negra, pobre e periférica, surgem adjetivos como “pessoas carentes”, “famílias numerosas”, “higiene precária”. Tais formas de adjetivação não são neutras: constituem marcadores de estereótipos racistas que, ao invés de reconhecer a historicidade da opressão racial, reduzem sujeitos a atributos moralizantes. O racismo aparece, assim, tanto como ação que restringe acesso e como omissão de um padrão de proteção social que efetivamente cuide.

A palestrante enfatiza que o racismo brasileiro é particularmente insidioso porque foi naturalizado como parte da “natureza histórica” do país. Nesse contexto, torna-se difícil não

apenas admitir a existência do racismo, mas também construir interpretações e práticas que o enfrentem no cotidiano dos serviços. Muitos profissionais não se sentem confortáveis em abordar o tema, não reconhecem o papel estratégico dos equipamentos da assistência social – CRAS, PAIF, serviços de convivência, entre outros – no enfrentamento ao racismo, e não identificam como sua atuação cotidiana pode tanto reproduzir quanto tensionar essas desigualdades.

Ao analisar o padrão de proteção social no Brasil, Gracyelle sustenta que a proteção oferecida à população pobre, preta e periférica não se constituiu historicamente como cuidado e promoção de cidadania, mas como controle, contenção e enquadramento. A partir daí, retoma a pergunta central: se a maioria das pessoas assistidas é negra, quem são os gestores desta política? A resposta, reiterada na fala, é que a formulação e a gestão da política ainda são, majoritariamente, conduzidas por pessoas brancas. Há, portanto, uma assimetria profunda entre a base usuária e trabalhadora, majoritariamente negra, e os espaços de decisão, hegemonicamente brancos.

Essa assimetria não é um fenômeno recente. Gracyelle reconstrói o processo de institucionalização da assistência social desde a época da LBA, em 1942, identificando que, desde então, o perfil das pessoas atendidas e o perfil das pessoas que pensam a política e definem a intervenção já expressavam a centralidade de usuários negros e a ‘branquitude’ nos espaços de comando. O modelo de proteção social que se consolidou, em grande medida, não é horizontal, não reconhece saberes e vivências das populações atendidas, não valoriza formatos diversos de família e não assume como eixo a necessidade de combater o racismo. Ao contrário, é um modelo assentado em princípios históricos de negação do racismo e em iniciativas alinhadas à lógica da eugenia e do branqueamento, tanto em termos de comportamento quanto de corpos.

A palestrante recusa a ideia de que o simples fato de a maioria dos usuários ser negra produziria, automaticamente, intervenções antirracistas. Essa associação é apresentada como uma falsa “fórmula matemática”: não basta constatar que o perfil da população é X para que daí decorra, por consequência necessária, um enfrentamento ao racismo. A partir de sua trajetória de pesquisa, (doutorado, pós-doutorado e investigações de longo prazo sobre a relação entre assistência social e população negra), ela conclui que a construção de práticas antirracistas é um movimento demorado, não linear e cheio de ambivalências.

Um ponto central desta análise é que a assistência social foi historicamente pensada a partir de campos do saber profundamente marcados pelo racismo, como o Direito e a área

médica. Esses campos, no Brasil e em outros contextos, carregam tradições que naturalizam hierarquias raciais e articulam proteção, controle e normalização de corpos racializados. Quando a assistência social se estrutura sob essas influências, tende a reproduzir lógicas que visam “adequar” a população negra a determinados padrões de comportamento e conduta moral considerados legítimos. Isso incide diretamente sobre o trabalho de profissionais como assistentes sociais, psicólogos, educadores e educadoras, categorias majoritariamente compostas por mulheres, que, mesmo atuando em uma política de direitos, muitas vezes seguem negando saberes ancestrais e referências culturais negras em suas formas de intervenção.

Gracyelle enfatiza, contudo, que essas dinâmicas não podem ser individualizadas. Compreender a trajetória histórica da política social é condição para não reduzir o problema a falhas pessoais, mas para reconhecê-lo como efeito de um projeto de Estado e de uma tradição institucional que articularam, desde o início, proteção social, racismo, higienização e branqueamento.

Diante desse quadro, a palestrante destaca a importância de pensar o papel dos diferentes entes federativos. O Governo Federal, especialmente o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), tem um papel crucial de “dar o tom” das diretrizes gerais. No entanto, o Brasil é um país de dimensões continentais, e as relações raciais são dinâmicas: cada território constrói modos próprios de compreender quem é pessoa negra, pessoa indígena, preta, parda, ribeirinha, quilombola, cigana, entre outras. Por isso, estados e municípios precisam ser chamados à responsabilidade na construção de um SUAS antirracista, em diálogo com as especificidades territoriais.

Nesse contexto, instrumentos como o Cadastro Único, o Prontuário SUAS e os cadernos orientadores assumem papel estratégico. Se esses dispositivos não incorporam explícita e fortemente a necessidade de combater o racismo e de defender políticas de ação afirmativa, perdem-se oportunidades de orientar a prática cotidiana dos serviços em direção à equidade racial. Gracyelle lembra que os mesmos usuários do Bolsa Família podem, posteriormente, acessar vagas reservadas em programas como o PROUNI; portanto, a assistência social integra um percurso mais amplo de enfrentamento às desigualdades raciais.

Por fim, a palestrante sublinha que combater o racismo no SUAS não se restringe a enfrentar atos discriminatórios individuais. Implica também enfrentar as relações de trabalho precarizadas e construir uma política de valorização dos trabalhadores e trabalhadoras da assistência social. Para ela, uma coisa não está descolada da outra: um SUAS verdadeiramente antirracista precisa, simultaneamente, reconhecer a centralidade da população negra usuária,

afirmar saberes ancestrais, rever instrumentos e normativas, reposicionar a atuação dos equipamentos no enfrentamento ao racismo e garantir condições dignas de trabalho às equipes que sustentam, no cotidiano, a política de assistência social no Brasil.

## **(2) Palestrante de Marcia Eurico:**

Este relatório tem por finalidade sistematizar e analisar, de forma dissertativa e fundamentada nas transcrições fornecidas, a fala proferida pela professora Márcia Eurico durante a Conferência Livre “SUAS sem Racismo”. A exposição, marcada por rigor teórico e densidade política, articula elementos históricos, estruturais e institucionais para discutir os impactos do racismo na política de assistência social, com centralidade na infância e na adolescência negras. A fala se ancora em uma crítica radical ao Estado brasileiro, à organização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e às práticas que atravessam os serviços de acolhimento

A professora inicia agradecendo o convite e valorizando a iniciativa da conferência. Realiza sua autodescrição e apresenta sua trajetória institucional, destacando sua atuação na PUC-SP e na ABEPSS. Em seguida, esclarece que sua exposição parte de uma escolha metodológica: analisar o debate sobre o SUAS sem racismo desde a infância, entendendo que os processos de desigualdade racial se expressam de modo contundente sobre crianças, adolescentes e suas famílias, em especial as negras, indígenas, quilombolas e pertencentes a povos e comunidades tradicionais.

A palestrante fundamenta sua abordagem na relação estrutural entre capitalismo, escravidão, racismo e colonialismo, afirmando que esses elementos moldaram a formação social brasileira e estruturam o modo como o Estado organiza suas políticas públicas. Assim, pensar o SUAS sem racismo exige reconhecer que o próprio Estado brasileiro é um Estado racialmente constituído, que produz desigualdades sistemáticas e reproduz mecanismos de controle sobre determinados grupos raciais. Nesse sentido, Márcia argumenta que a assistência social, enquanto política pública, reflete essa estrutura e, portanto, apresenta traços de racismo institucional e estrutural.

A partir dessa premissa, a professora aponta a contradição central entre o discurso de igualdade das políticas sociais e as condições reais de acesso a direitos. Para ela, o “discurso da igualdade é uma tragédia”, porque ignora que a igualdade somente é possível quando a diversidade é reconhecida e respeitada. Sem esse reconhecimento, a igualdade permanece como retórica, enquanto a desigualdade racial se perpetua como prática.

Ao tratar da proteção social da infância, Márcia Eurico denuncia a atuação do Estado que, ao não garantir direitos básicos às famílias negras, indígenas e periféricas, posteriormente as responsabiliza pela suposta negligência e reduz sua capacidade protetiva. Essa culpabilização serve como justificativa para medidas como a retirada de crianças do convívio familiar e sua institucionalização - processos que, segundo a professora, expressam diretamente o racismo institucional. Destaca também que o Brasil é um país que institucionaliza majoritariamente crianças negras, enquanto crianças brancas e até asiáticas são encaminhadas com maior frequência ao acolhimento familiar, revelando seletividade racial.

Um dos pontos centrais da fala é a crítica ao entendimento da adoção como política pública. A palestrante relembra que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece que adoção não é política pública, mas sim uma medida excepcional. A política pública, ao contrário, deve proteger famílias e promover meios para que estas possam cuidar de seus filhos. A função da assistência social, nesse sentido, é fortalecer vínculos e acionar a família extensa quando necessário. Entretanto, a prática nos municípios, segundo Márcia, revela uma inversão dessa lógica: o acolhimento institucional tem sido utilizado como primeira medida, e não como última alternativa.

A palestrante denuncia ainda as condições de trabalho precarizadas dos profissionais dos serviços de acolhimento, muitos deles também negros, contratados via organizações da sociedade civil, com salários atrasados e baixa formação continuada. Essa precarização, associada à falta de informações sobre o histórico das crianças, muitas vezes mantidas sob alegação de sigilo, contribui para a reprodução de violências institucionais, como práticas de retirada arbitrária, separação de irmãos e acionamento da polícia diante de conflitos cotidianos entre adolescentes institucionalizados.

Márcia Eurico narra depoimentos colhidos em sua pesquisa de doutorado, em que crianças eram retiradas de suas famílias sem roupas, documentos ou objetos pessoais, em operações acompanhadas pela polícia, sendo levadas a locais desconhecidos. Relata também casos em que irmãos foram separados em serviços de acolhimento sob justificativas administrativas, violando o ECA, que determina a preservação dos vínculos fraternos tanto no acolhimento quanto na adoção. Para a professora, esses episódios revelam o exercício de um poder violento sobre vidas consideradas de “menor importância”, evidenciando o impacto da racialização na política de assistência.

Ao final, a palestrante enfatiza que a construção de um SUAS sem racismo exige reconhecer essas práticas, enfrentar o racismo institucional e disputar a formulação de políticas,

planos, programas e normas operacionais que produzam proteção real, afeto e cuidado às infâncias negras. É um chamado à responsabilidade ética, técnica e política dos trabalhadores, gestores, pesquisadores e instituições formadoras.

Segue-se o debate com perguntas sobre cota para jovem aprendiz negros. Não existe cota para jovens aprendizes negros, porém em sua resposta, Marcia Eurico enfatiza que os jovens devem ser incentivados a fazer cursinhos de pré-vestibular popular. Para ele, para o cursinho popular, é aprender discussão política, porque os cursinhos populares não são só transmissão de conhecimento, mas formação política, para que esse jovem possa sair do acolhimento, forçar uma universidade pública; (vai passar perrengue nas moradias estudantis, vai passar) mas, no futuro, vai ter uma possibilidade diferente daquela que se desenha para um adolescente que a gente projeta, por exemplo, que vai trabalhar em lava-rápido para sobreviver sozinho, porque sua família lhe foi retirada na infância, já que o Estado disse que ela não era capaz de cuidar, e o próprio Estado não cuidou e não devolveu essa criança para um ambiente seguro. Então, pensar racismo institucional é pensar, por exemplo, isso: por que a gente faz isso majoritariamente com crianças e adolescentes negros?

Finalização do segundo painel, a mediadora Cristiane Feijó, parabeniza e agradece as painelistas por essa conferência belíssima e livre, para que a gente possa ter um futuro diferente. Afirmo que não tem nem como expressar a alegria de estar compartilhando do painel, com falas riquíssimas, que não se esgota aqui, é assunto para muito mais, e espero encontrá-las em breve para que dê continuidade, porque fomentou, muitas ideias e comentários, mas a gente precisa avançar no nosso propósito, na nossa tarefa de conferência livre, e eu estou realmente bem emocionada. Vou passar a palavra, então, agradecendo mais uma vez.

### 5.3.PARTICIPANTES

De acordo com a lista de presença da conferência e no contexto de análise de desempenho quanto a participantes, durante a conferência, somam-se:

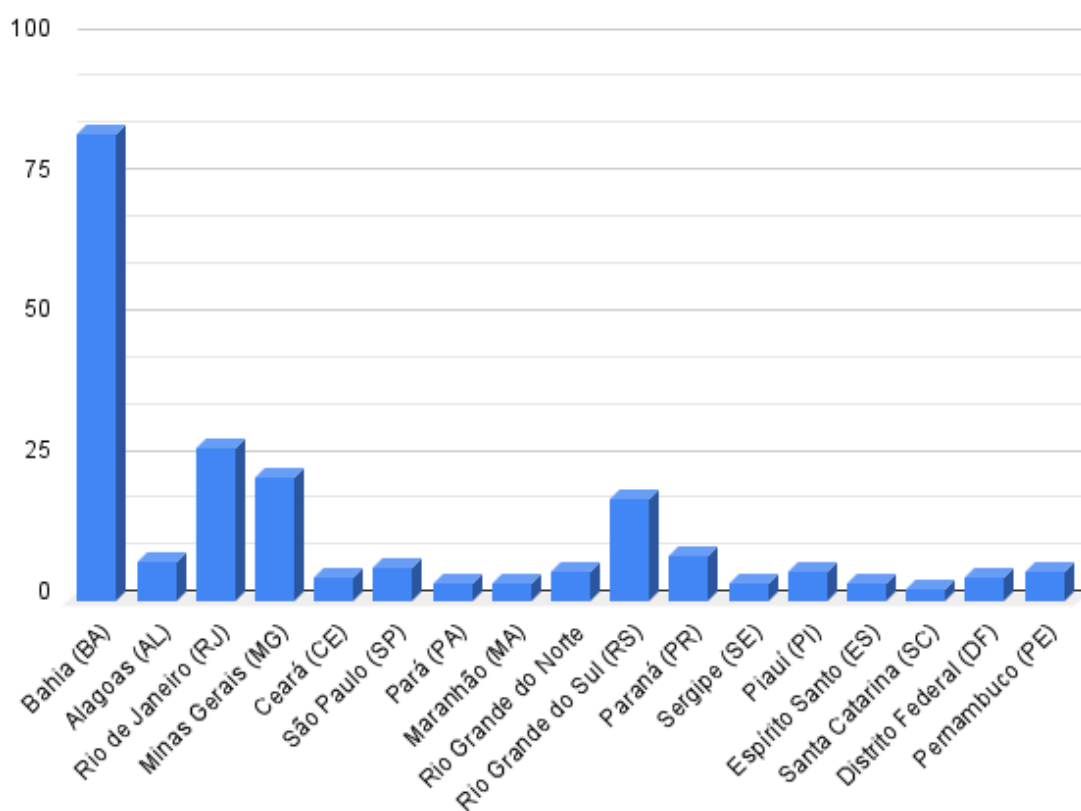
Inscritos: 637 pessoas;

Assinantes da lista de presença: 208 pessoas.

Telespectadores simultâneos: Pico: 112 e Média: 88

Telespectadores únicos: 530

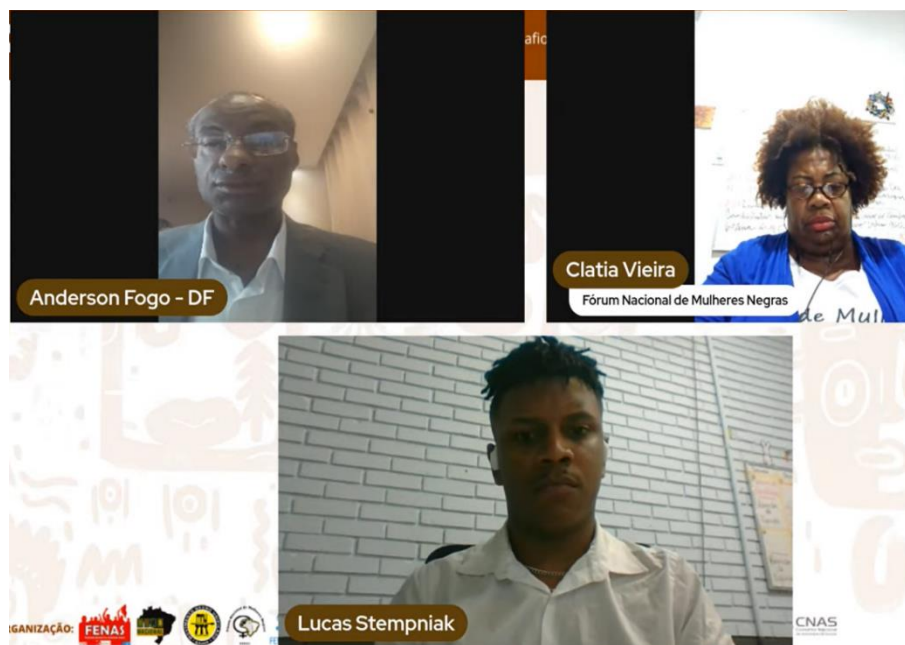
Estados presentes na 1ª Conferência Livre Nacional SUAS sem racismo



Fonte: comissão organizadora da Conferência.



#### 5.4. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS



Fonte: print de tela extraído pela comissão organizadora da conferência. Leitura das 16 propostas apresentadas pelos estados.

A leitura das propostas foi feita por três diferentes mediadores: Anderson Fogo, faz autodescrição. Se apresenta como assistente social, conselheiro do Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, representando a sociedade civil, que faz parte de coletivos, como Membro da Nova Frente Negra Brasileira e do Clube Social Negro de Brasília, criado há um ano, com desafio para cultura negra em Brasília. cumprimenta e parabeniza a Conferência Livre, a Aparecida Guerra, a coordenação dela frente ao GT SUAS Sem Racismo, a debatedora, Thaise Viana, as professoras painelistas, Shirley Samico, Gracyelle Costa, Márcia Eurico, e os demais membros desse colegiado atual, presentes na organização da Conferência Livre SUAS Sem Racismo. Lembra também, que esse tema é grande, é uma agenda desde 2018 que felizmente estamos culminando nessa conferência livre, que certamente não para por aqui. Irá apresentar as propostas que serão levadas para votação. Faz a leitura das cinco primeiras propostas. Ao final convida a companheira Clátia para fazer a continuidade das apresentações.

Clátia faz sua autodescrição. Fala sobre sua formação, em Direito, que é Conselheira no Conselho Municipal de Assistência Social, do Rio de Janeiro, representando o segmento de trabalhadores, é FENATIBREF de onde ser 2014 a 2018 ocupou uma cadeira no CNAS. Parabenizar o GT SUAS Sem Racismo, o CNAS, por ter colocado a pauta para o conselho, a Aparecida Guerra por acreditar e resgatar a pauta. Tem honra de estar na agenda. O tema chega no CNAS a partir da organização de mulheres negras, na primeira marcha de 2015. Os

conselheiros iniciaram essa discussão sobre a importância de olhar pra essa população negra. Enfatiza que não há como discutir assistência social no Brasil sem discutir racismo estrutural. Agradece a Diretora Renata, que era da básica, que em 2016 acatou a proposta dos conselheiros e criou o SUAS Sem Racismo, que um ano depois ficou engavetado. Finaliza sua fala de apresentação, com chamamento para que todos sigam juntos nessa empreitada para que se tenha um SUAS sem Racismo, para além de um GT. E encerra dizendo sobre a importância de se criar uma secretaria que possa assumir essa demanda, visto que estamos falando de mais de 50% da população brasileira e da maioria de mulheres negras sendo usuárias dessa política. Faz a leitura das pré-propostas que constam entre a sexta e a décima. Ao término fala sobre o fato de estar rouca e que o motivo foi porque entende que o Brasil é dos brasileiros e ontem não pode faltar no ato que aconteceu no Brasil inteiro e que no Rio de Janeiro, ela estava lá. Afirma: Vamos em frente, em luta para uma assistência para população negra sobretudo de inclusão, autonomia e liberdade!

Lucas Stempniak faz sua apresentação. É assistente social, atualmente na região Sul, Porto Alegre, na Coordenação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Ampliado da Restinga, localizado na maior área periférica da cidade, além de ser o CRAS com a maior estrutura física da cidade. Faz autodescrição. Informa que fará a leitura da décima primeira à decima sexta.

### 5.5. VOTAÇÃO

Carlos Firmino. Faz autodescrição, se apresenta como gestor e com vínculo aos movimentos sociais. Conduz as propostas construídas. Passa pelas instruções do processo de votação. Reforça que todos receberam as propostas, que foram enviadas via e-mail, quando se inscreveram, agora vão votar em até 5 propostas. Compartilha o formulário on-line na tela e cita que ao abrir o link na primeira parte será solicitado o nome completo e e-mail, depois disso vai avançar para as propostas e selecionar as 5 de cada votante e alertou ainda, que todos terão 10 minutos para a votar. Destaca que serão 3 propostas aprovadas. Enquanto aguardavam a votação ouviu-se a música Sorriso Negro, da Dna. Ivone Lara, letra (Anexo 5).

### 5.6. RESULTADO DA VOTAÇÃO

O momento que antecedeu a apresentação dos resultados da votação das pré-propostas que foram apresentadas para a 1ª Conferência Livre SUAS Sem Racismo, foi antecedido com as falas bastante incentivadoras, reflexivas e inspiradoras de dois convidados pela comissão

organizadora, que trouxeram ideias e sentidos que alimentam e fortalecem os espaços coletivos e colaborativos para discussão sobre racismo no âmbito do SUAS. Ambos, com vínculos institucionais e profissionais fortemente marcados pela luta antirracista no Brasil.

Aparecida Guerra, foi a mediadora da mesa dos convidados e lembra que a contagem das propostas está em curso e, enquanto aguardamos teremos momentos e falas potentes sobre o tema. Orienta que as falas serão primeiro da Janaína Candeias e depois Renato de Paula.

Janaína Candeias - faz sua autodescrição. Agradece a organização da conferência, diz que o momento é um marco nesse processo da luta pela defesa e garantia de direito preconizadas pelo SUAS. Importante dizer que no nosso país não tem como falar sobre igualmente de direitos sem elencar a questão racial. Quando paramos para entender a trajetória histórica do Brasil a gente entende que não tem como escamotear esse debate. Outro ponto que gostaria de trazer é a interlocução que está sendo feita na APAE RJ, ou seja, muitas vezes quando vamos falar sobre a pessoa com deficiência, a gente tende em falar de modo monotemático, uma das iniciativas atuais é um GT Sankofa, com o objetivo de discutir questões relacionadas a pessoa com deficiência, gênero, raça e diversidade, acreditando que assim está contribuindo para o sistema de garantia de direitos. Agradece às APAES do estado do Rio de Janeiro, que está propiciando a transmissão da conferência e as pessoas que assistem.

Renato. Inicia dizendo que é uma honra e prazer em estar aqui, cumprimenta a organização da conferência porque ela revela um protagonismo muito grande, ainda mais nesse momento de transição pelo qual passa o controle social, em especial nessa política de assistência social então realmente é um prazer enorme. Explica que estava na universidade, na sala dos professores. Faz sua autodescrição. Segue contextualizando o convite que recebeu, para o referido painel não foi dada muita informação sobre o que ele deveria falar, então seguiu o que estava na programação e viu que estaria no painel final na fala de encerramento junto com Aldenora que não pude participar, por motivo de antecipação da sua viagem [esclarecimentos feitos pela Aparecida Guerra). Estende seus cumprimentos a Aparecida e em nome dela, toda a organização.

Diz que gostaria de pontuar, primeiro, referendando as falas das palestrantes dos painéis anteriores, afirmando ter concordância com basicamente tudo que foi dito por elas, mas, também, aponta outras duas questões. Retornar o que disse no início: essa conferência, de fato inaugura um ineditismo no momento de transição do controle social no Brasil. Ela coloca duas questões centrais: 1º a centralidade da questão racial no debate e no caso da assistência social isso é fundamental e ao mesmo tempo também faz parte do protagonismo dessa mudança, ou

seja de um modelo, que vem se arrastando no Brasil desde a Constituição de 88 e que nós temos uma avaliação, os estudos e as pesquisas que nós temos feito mostram que é um modelo que enfrenta esgotamento e esse esgotamento nos indica a necessidade de rever esse modelo e essa conferência ela faz parte dessa revisão necessária para que a gente possa pensar um novo modelo de controle social no Brasil e reafirmar dentro de um contexto histórico, como foi dito pela colega, contexto histórico, com coisas históricas acontecendo nesse país, nessa conjuntura. A outra questão que eu queria chamar atenção antes é justamente sobre o caráter dessas propostas e a necessidade de mobilização para que a Conferência Nacional, em dezembro, em Brasília, que vai ser presencial, que ela possa incorporar as demandas que estão surgindo nas conferências livres temáticas e etc., a tendência da Conferência Nacional é que os segmentos compareçam, mas devem defender a sua própria demanda o seu próprio segmento assim como o que está sendo feito aqui nessa conferência mais e isso nos traz um desafio que é tentar colocar esta temática que estamos discutindo aqui hoje nos corações e mentes de outros segmentos que vão estar presente na conferência para que as propostas seja efetivada de fato e se transformem lá na frente em política pública. Isso significa que vamos ter que desenvolver a capacidade de universalizar o que estamos discutindo aqui. Isso não vai se dá de maneira sem conflito, sem tensão, mas nesse caso é uma tensão fraterna porque estamos todos no mesmo campo e o objetivo comum é qualificar a política de assistência social e o SUAS, então eu queria deixar esse recado aqui, porque esse protagonismo ele não pode terminar nesta conferência, ele não começa e se encerrar por aqui, ele inaugura e entra no processo que só vai fazer sentido se for continuado e permanente, assim como apareceu nas propostas e foi falado aqui várias vezes a necessidade de se transformar de modo permanente GT SUAS Sem Racismo, o próprio processo de diálogo e de interlocução com os movimentos e a sociedade civil organizada acerca dessa temática tem que se tornar também algo permanente dentro da estrutura do sistema e do controle social e na interlocução com outras políticas e esse também é um desafio que está dado para gente aqui e, eu acho que são essas questões que ajudam a gente a pensar os próximos passos e os desafios que nós temos e, agradece a todas e todos.

Encerra dizendo: que a gente saia daqui com a consciência dessas propostas e a partir do encerramento dessa conferência, a gente tem uma missão, talvez decorar essas propostas e cinco proposta pra quando chegar na conferência em dezembro poder defende-las para que elas possam de fato fazer parte do conjunto das propostas que forem deliberadas da Conferência Nacional. Parabeniza mais uma vez as entidades que organizaram esse momento e diz “agradeço pelo convite, por poder participar desse momento histórico com vocês!”

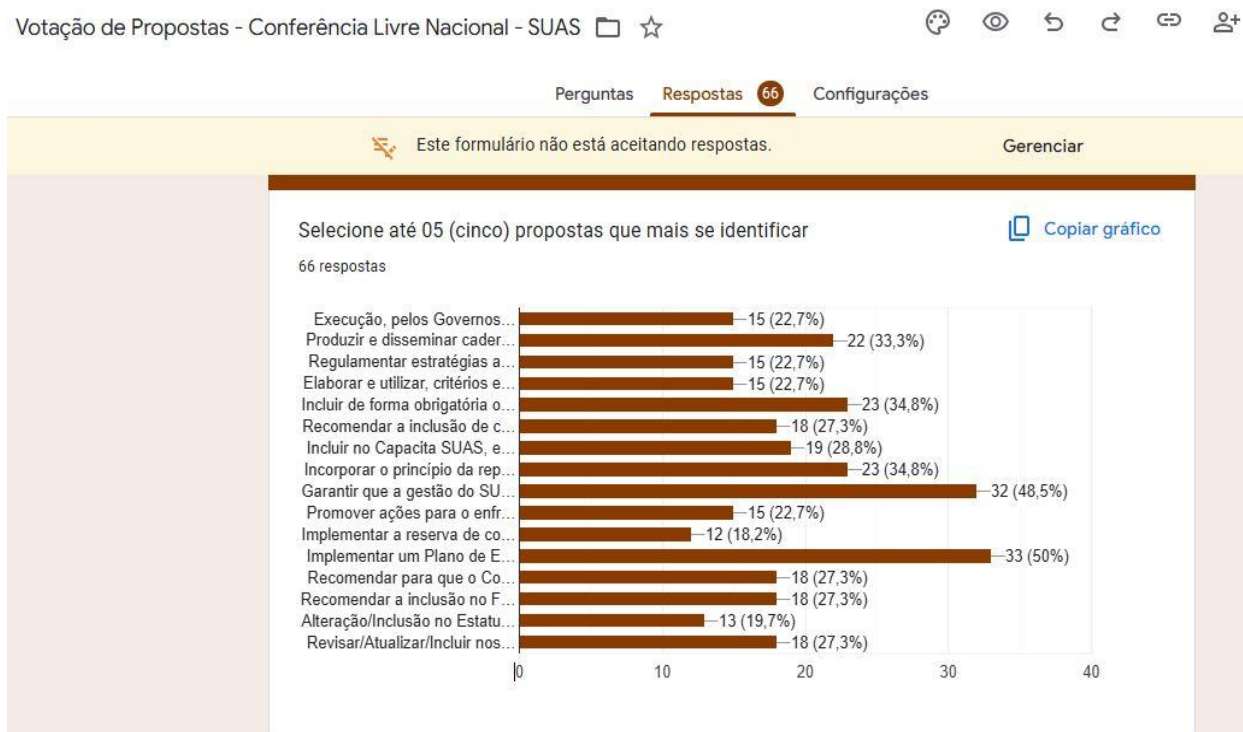
Janaina Candeias, após a fala do professor Renato de Paula, solicita e faz um adendo a sua fala, acrescentando que é muito importante dizer que essa conferência visa romper com esse mito da democracia racial. A gente vive ainda naquele lugar da universalização e pensando no lugar do sujeito universal, branco, cis, hétero, com todos os atravessamentos. É importante também trazer para o debate que a gente está fazendo um movimento de contranarrativa e de humanização. Porque quando a gente vai falar de direitos e desse lugar como se a população usuária e de trabalhadores fossem todos iguais, acabamos escamoteando direitos. Costumo dizer que é muito complexo um usuário chegar no CRAS ou um trabalhador no ambiente de trabalho, e não ser vítima de outros tipos de negligências, racismo e outras violências. A gente não está defendendo direitos de forma eficiente se não trouxer a violência racial à tona. E é importante iniciativas como essas porque a gente tira do lugar de onde a colonização, o sistema e o capitalismo coloca o racismo, que é por baixo do tapete como se fosse um problema moral. Importante trazer o debate para a política pública. Foi esse ponto que eu queria trazer porque acho importante falar do racismo enquanto uma questão social, enquanto questão que precisa realmente de intervenção e não como uma questão moral. Principalmente quando são pessoas negras, que muitas vezes vão para o lugar emocional. A sua fala é muito importante porque nesse lugar precisa se pensar, porque a gente muitas vezes quando fala de racismo é sempre visto como questão secundária, porque somos todos iguais dentro de várias e várias aspas!



Fonte: print de tela extraído pela comissão organizadora da conferência.  
Convidados para as falas finais sobre o contexto da Conferência: Janaina Candeias e Renato de Paula.

Após as falas dos convidados a Aparecida Guerra e o Carlos Firmino, apresentaram os resultados da votação, momento em que se identificou empate entre duas propostas, conforme o gráfico 4 abaixo:

**Gráfico 4:** Resultado da votação das pré-propostas



As propostas empatadas foram lidas pelo Carlos Firmino e em seguida ele apresentou aos participantes, as orientações para a nova votação. Nessa etapa para o desempate, foi esclarecido que a votação seria livre, tendo como critério: votar somente uma vez na proposta A ou B, através do Chat, igualmente, cada participante poderia votar uma vez e em somente uma das duas propostas.

**PROPOSTA A:** Incorporar o princípio da reparação histórica como diretriz estruturante da Política Nacional de Assistência Social, reconhecendo os impactos do racismo e vulnerabilidade das pessoas negras, bem como priorizar a população quilombola, de matriz africana e indígena no acesso a benefícios e serviços do SUAS, com critérios baseados na justiça racial, com a perspectiva de financiamento específico para a promoção da equidade étnico-racial.

**PROPOSTA B:** Incluir de forma obrigatória o quesito raça/cor no CadSUAS, bem como em todos os sistemas e formulários utilizados no âmbito do SUAS, assegurando a produção sistemática de informações sobre usuários, trabalhadores, gestores e conselheiros.

Após o tempo de votação, que foi com manifestação pelo Chat, a proposta A teve desempate com 26 votos e a B recebendo 5 votos.

## 6. MOMENTO DO ENCERRAMENTO DA CONFERÊNCIA

Aparecida Guerra aproveitou para agradecer o esforço de todo coletivo que se reuniu para fazer esse momento possível. São trabalhares do SUAS, gestores, representantes dos usuários. Foi, com um trabalho muito bonito, cansativo, sem recursos, que se reuniu para fazer esse momento possível. São ligados aos movimentos sociais e representação de quatro regiões do Brasil. Mas foi o esforço de cada um que possibilitou esse encontro maravilhoso. Então agradecer aqueles que acreditaram, abraçaram e estamos aqui. Agradecer especialmente ao MNU Bahia, o Edval, a Thaise, também a Cris Feijó, Carlos Firmino e citou algumas instituições as quais os citados estavam representando. Ao CNAS que possibilitou, com apoio institucional, com a Resolução. Agradecer aos professores, trabalhadores e todos que assumiram esse processo. A 1ª Conferência Livre SUAS Sem Racismo, foi encerrada, após 3:27h.



Fonte: print de tela extraído pela comissão organizadora da conferência. Resultado da 1ª votação.

## 7. AVALIAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Na sua opinião, qual a avaliação do perfil dos palestrantes?

 Copiar gráfico

63 respostas

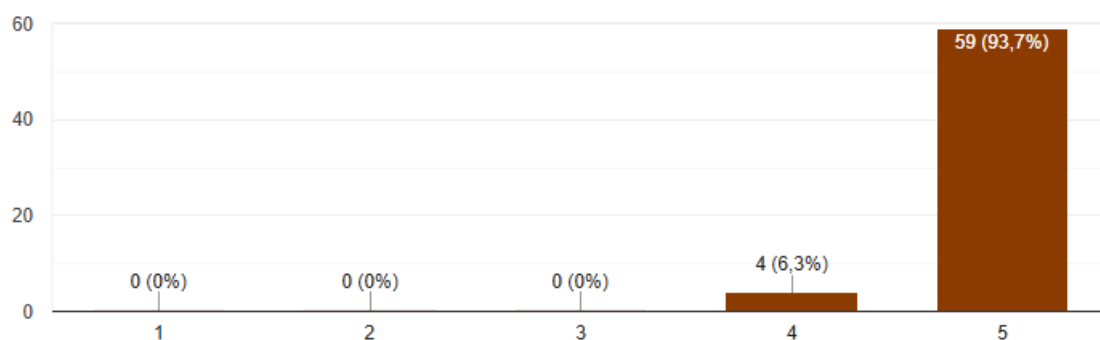


Gráfico 01: Avaliação do perfil dos palestrantes

Na sua opinião, qual a avaliação dos conteúdos apresentados?

 Copiar gráfico

63 respostas

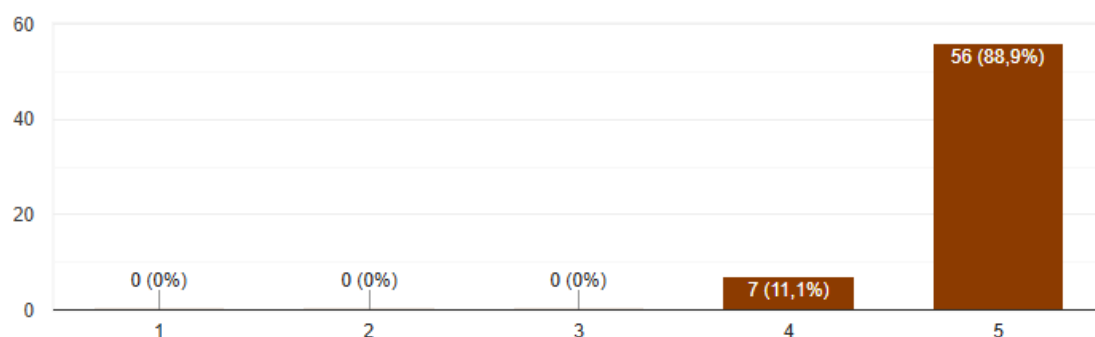


Gráfico 02: avaliação dos conteúdos apresentados

Na sua opinião, qual a avaliação da qualidade das pré-propostas?

 Copiar gráfico

63 respostas

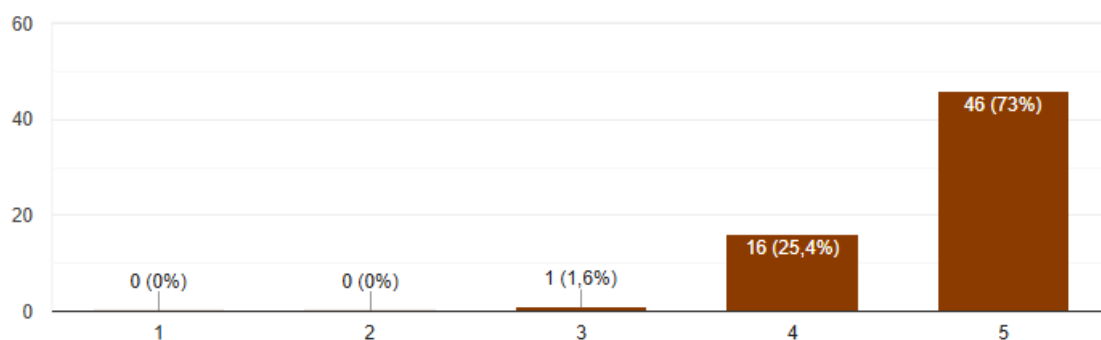


Gráfico 3: avaliação da qualidade das pré-propostas



### Na sua opinião, qual a avaliação da plataforma utilizada?

 Copiar gráfico

63 respostas

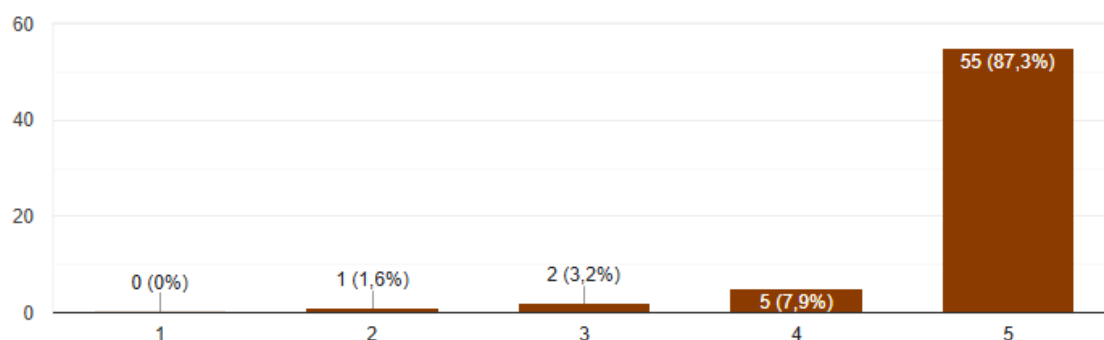


Gráfico 4: avaliação da plataforma utilizada

### Na sua opinião, qual a avaliação da programação/metodologia?

 Copiar gráfico

63 respostas

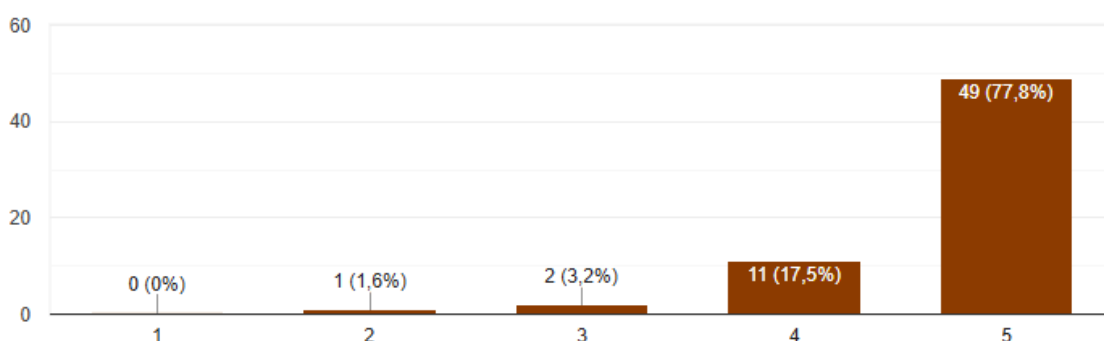


Gráfico 5: avaliação da programação/metodologia

## 8. LIÇÕES APRENDIDAS DA COMISSÃO ORGANIZADORA

Ter atenção aos percalços com a tecnologia, que no caso, impediu o uso de ferramenta para realizar chuva de palavras, com um link específico para coleta das impressões dos participantes em relação ao vídeo Chimamanda, conforme dinâmica prevista na programação;

A falta de infraestrutura, limita a participação, por exemplo, não possibilitar que os participantes pudessem fazer perguntas com seus respectivos microfones abertos;

Sem recursos financeiros, mesmo tendo sido uma conferência grandiosa, as limitações e restrições geram tensões, desgastes e cansaço para os organizadores;

A capacidade de mobilização dos representantes nas subcomissões, foi um diferencial, considerando o tamanho da proposta, a temática e a organização de uma conferência com processos dessa magnitude;

## DOCUMENTOS DE REFERÊNCIAS

AMARO, Sarita. A questão racial na assistência social: um debate emergente. Revista Serviço Social e Sociedade, nº 81, São Paulo: Cortez Editora, 2005.

Artigo: “Desafios para construção de um SUAS sem Racismo: Assistência Social e população negra no Brasil”, 03/12/2024 - <https://blog.mds.gov.br/redesuas/artigo-desafios-para-construcao-de-um-suas-sem-racismo-assistencia-social-e-populacao-negra-no-brasil/>

[Cartilha\\_SUAS\\_Sem\\_Racismo\\_A5.indd](#)

Folder\_SUAS Sem Racismo.PDF (www.mds.gov.br)

Gravação da Conferência, link: [https://www.youtube.com/watch?v=IWOWHdmd5\\_o](https://www.youtube.com/watch?v=IWOWHdmd5_o)

[https://r.search.yahoo.com/\\_ylt=AwrNaC4isf5oAAIAAFbz6Qt.;\\_ylu=Y29sbwNiZjEEcG9zAzEEdnRpZAMEc2VjA3Ny/RV=2/RE=1762731554/RO=10/RU=https%3a%2f%2fwww.mds.gov.br%2fwebarquivos%2fpublicacao%2fassistencia\\_social%2fFolders%2fFolder\\_SUAS\\_.pdf/RK=2/RS=ZfcmNnn\\_oDQt2iyMVqvvQKI0Ms-](https://r.search.yahoo.com/_ylt=AwrNaC4isf5oAAIAAFbz6Qt.;_ylu=Y29sbwNiZjEEcG9zAzEEdnRpZAMEc2VjA3Ny/RV=2/RE=1762731554/RO=10/RU=https%3a%2f%2fwww.mds.gov.br%2fwebarquivos%2fpublicacao%2fassistencia_social%2fFolders%2fFolder_SUAS_.pdf/RK=2/RS=ZfcmNnn_oDQt2iyMVqvvQKI0Ms-)

Manual de Identidade Visual/CNAS- [Manual de Identidade Visual - MIV | 14ª Conferência Nacional de Assistência Social](#)

[RESOLUÇÃO CNAS/MDS Nº 171, DE 24 DE OUTUBRO DE 2024. Institui Grupo de Trabalho para debater as questões e dimensões do racismo presentes no Sistema Único de Assistência Social, denominado GT SUAS sem Racismo.](#)

[Resolução CNAS/MDS nº 188 de abril de 2025](#)

Súmula da Subcomissão de metodologia, do dia xxx/xx/2025.

Vídeo de Chimamanda "O perigo da História Única" –

[https://br.video.search.yahoo.com/search/video;\\_ylt=AwrFeYpos\\_5oIF4IYxvz6Qt.;\\_ylu=Y29sbwNiZjEEcG9zAzEEdnRpZAMEc2VjA3BpdnM-?p=v%3ADdeo+o+perido+da+hist%C3%B3ria+%3BANica+narrado+em+portugu%C3%AAs&fr2=piv-web&type=E210BR826G0-E210BR826G0&fr=mcafee#action=view&id=6&vid=280d91ca819632e4829a11a51756c765](https://br.video.search.yahoo.com/search/video;_ylt=AwrFeYpos_5oIF4IYxvz6Qt.;_ylu=Y29sbwNiZjEEcG9zAzEEdnRpZAMEc2VjA3BpdnM-?p=v%3ADdeo+o+perido+da+hist%C3%B3ria+%3BANica+narrado+em+portugu%C3%AAs&fr2=piv-web&type=E210BR826G0-E210BR826G0&fr=mcafee#action=view&id=6&vid=280d91ca819632e4829a11a51756c765)

## **ANEXOS**

CHECKLIST DAS SUBCOMISSÕES

COMUNICADOS DA 1ª CONFERÊNCIA LIVRE SUAS SEM RACISMO

PROGRAMAÇÃO DA 1ª CONFERÊNCIA LIVRE SUAS SEM RACISMO

PROPOSTAS APRESENTADAS PELOS ESTADOS

PRINTS DE DESTAQUES DA 1ª CONFERÊNCIA LIVRE SUAS SEM RACISMO

## ANEXO 1 - CHECKLIST DAS SUBCOMISSÕES

SUBCOMISSÃO	ATIVIDADE/TAREFAS	STATUS DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEIS
metodologia	gerar os textos de relatoria das gravações das reuniões e da Conferência;	<ul style="list-style-type: none"> <li>● <b>pendente</b></li> <li>● <b>executado</b></li> </ul>	Vânia Dutra, Cris e Aldeli do Carmo
	produção de orientações para produção prévia, por estado, de pré propostas, e socialização com os interessados;	<ul style="list-style-type: none"> <li>● <b>pendente</b></li> <li>● <b>executado</b></li> </ul>	Thaise e Cris
	mobilização e apoio na produção de pré-propostas;	<ul style="list-style-type: none"> <li>● <b>pendente</b></li> <li>● <b>executado</b></li> </ul>	Thaise e Cris
	levantamento das pré propostas por meio de consolidação em um único documento;	<ul style="list-style-type: none"> <li>● <b>pendente</b></li> <li>● <b>executado</b></li> </ul>	Thaise e Cris
	alinhamento de concepção ou conceitual, bem como sobre a linguagem, com os palestrantes;	<ul style="list-style-type: none"> <li>● <b>pendente</b></li> <li>● <b>executado</b></li> </ul>	Thaise
	definição dos palestrantes e mediadores;	<ul style="list-style-type: none"> <li>● <b>pendente</b></li> <li>● <b>executado</b></li> </ul>	Comissão Organizadora
	metodologia de coleta e apresentação das pre propostas por região;	<ul style="list-style-type: none"> <li>● <b>pendente</b></li> <li>● <b>executado</b></li> </ul>	Thaise e Cris
	elaboração da metodologia de acolhimento na Conferência;	<ul style="list-style-type: none"> <li>● <b>pendente</b></li> <li>● <b>executado</b></li> </ul>	Thaise
	definição de mediadores e apresentadores de propostas, que estão pendentes de inserir na programação;	<ul style="list-style-type: none"> <li>● <b>pendente</b></li> <li>● <b>executado</b></li> </ul>	Thaise e Cris
	função do mediador: controle de tempo; síntese ou provocações	<ul style="list-style-type: none"> <li>● <b>pendente</b></li> <li>● <b>executado</b></li> </ul>	Thaise e Cris
	definir o tempo de fala de cada painelist, apresentador/mediador, de cada momento da Conferência	<ul style="list-style-type: none"> <li>● <b>pendente</b></li> <li>● <b>executado</b></li> </ul>	Thaise e Cris
logística operacional	elaborar e enviar e-mails/Ofício circular convite para todos os convidados e palestrantes falando da Conferência;	<ul style="list-style-type: none"> <li>● <b>pendente</b></li> <li>● <b>executado</b></li> </ul>	Aparecida e Anderson
	socializar materiais de orientação e temático sobre a Conferência com os participantes;	<ul style="list-style-type: none"> <li>● <b>pendente</b></li> <li>● <b>executado</b></li> </ul>	Aparecida
	atualização sobre a execução dos encaminhamentos/providências no grupo de zap;	<ul style="list-style-type: none"> <li>● <b>pendente</b></li> <li>● <b>executado</b></li> </ul>	Aparecida
	convite a colaboradores externos, para além da comissão organizadora, para a organização da Conferência Livre;	<ul style="list-style-type: none"> <li>● <b>pendente</b></li> <li>● <b>executado</b></li> </ul>	Aparecida e Anderson
	mobilização e monitoramento das inscrições dos participantes que serão efetivadas virtualmente com preenchimento de formulário virtual;	<ul style="list-style-type: none"> <li>● <b>pendente</b></li> <li>● <b>executado</b></li> </ul>	aparecida

SUBCOMISSÃO	ATIVIDADE/TAREFAS	STATUS DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEIS
	Enviar lembretes para a organização ao menos 1 semana antes da conferência	<ul style="list-style-type: none"> <li>● <b>pendente</b></li> <li>● <del>executado</del></li> </ul>	aparecida
	alinhamentos/comunicação com CNAS quanto às providências para realização da conferência;	<ul style="list-style-type: none"> <li>● <b>pendente</b></li> <li>● <del>executado</del></li> </ul>	aparecida e anderson
	articulação para assegurar tradução de modo a garantir acessibilidade de pessoas com deficiência;	<ul style="list-style-type: none"> <li>● <b>pendente</b></li> <li>● <del>executado</del></li> </ul>	não executado
	envio de relatório da Conferência para o CNAS no formato e prazo estabelecido	<ul style="list-style-type: none"> <li>● <b>pendente</b></li> <li>● <del>executado</del></li> </ul>	Vania e Aldeli
comunicação	gerar link e gravar as reuniões da Comissão Organizadora da Conferência Livre SUAS Antirracista;	<ul style="list-style-type: none"> <li>● <b>pendente</b></li> <li>● <del>executado</del></li> </ul>	edval
	gerar lista de presença virtual para a Conferência;	<ul style="list-style-type: none"> <li>● <b>pendente</b></li> <li>● <del>executado</del></li> </ul>	edval
	gerar link para votação virtual das propostas na Conferência;	<ul style="list-style-type: none"> <li>● <b>pendente</b></li> <li>● <del>executado</del></li> </ul>	
	gerar link e gravar a Conferência;	<ul style="list-style-type: none"> <li>● <b>pendente</b></li> <li>● <del>executado</del></li> </ul>	Link YouTube: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=IWOWHdm d5_o">https://www.youtube.com/watch?v=IWOWHdm d5_o</a> Link da área de transmissão exclusivo para palestrantes: <a href="https://streamyard.com/d95pq4is48">https://streamyard.com/d95pq4is48</a>
	elaboração de orientações para votação virtual das pré-propostas;	<ul style="list-style-type: none"> <li>● <b>pendente</b></li> <li>● <del>executado</del></li> </ul>	
	gerar link de inscrição (com dados específicos: nome; identidade racial, idade e de gênero, Estado, Município, atuação /função no SUAS, entidade que representa, contato telefônico e virtual, etc);	<ul style="list-style-type: none"> <li>● <b>pendente</b></li> <li>● <del>executado</del></li> </ul>	edval
	produção de cards, carrossel, etc, para divulgação da Conferência (será divulgada com no mínimo 1 mês de antecedência, com o link de inscrição, junto às entidades do movimento negro dos Estados e Nacionais, bem como junto à representações estaduais de categorias de trabalhadores e de usuários do SUAS, além dos Conselhos Municipais e Estaduais de Assistência Social. Obs. Atentar para convidar organizadores de jovens e adolescentes);	<ul style="list-style-type: none"> <li>● <b>pendente</b></li> <li>● <del>executado</del></li> </ul>	edval
	gerar formulário virtual de avaliação da Conferência (contemplando questões sobre divulgação, acesso, organização, qualidade das discussões, comunicação etc);	<ul style="list-style-type: none"> <li>● <b>pendente</b></li> <li>● <del>executado</del></li> </ul>	

## ANEXO 2 - Descrição da programação Conferência Livre "SUAS sem racismo" –

23/09/2025

**17h às 17h30** - Acolhimento com exibição de vídeo de Chimamanda "O perigo da História Única" para discutir resistência e contribuições sociais da população negra brasileira. **Mediadora:** Thaise Viana (MNU - Bahia)

**17h30 às 18h - Painel 1:** (Des)caminhos do debate racial na Política de Assistência Social: contribuições negras, ações antirracistas e subfinanciamento. **Palestrantes:** Bruno Alves (MDS) e Shirley Samico (SNAS/CNAS). **Mediadora:** Aparecida Guerra (FENAS) **Obs:** Cada palestrante terá 12 minutos de fala e a mediadora terá 06 minutos

**18h às 18h30 - Painel 2:** População Negra, Proteção Social, vulnerabilidade e riscos sociais, e violação de direitos: apresentando e debatendo alguns dados e informações históricas e atuais. **Palestrantes:** Gracyelle Costa (UFRJ) e Márcia Eurico (ABEPSS) **Mediadora:** Cristiane Feijó (Núcleo de Estudos e Pesquisas E'LÉÉKÔ UFRGS) **Obs:** Cada palestrante terá 12 minutos de fala e a mediadora terá 06 minutos

**18h30 às 19h10:** Apresentação de pré-propostas para um SUAS Antirracista e equanime, considerando os eixos previstos no informe 01/2025 do CNAS (universalização com equidade; aperfeiçoamento da gestão e valorização dos trabalhadores; integração de serviços e benefícios; gestão democrática e transparente; financiamento sustentável e equitativo). *Serão apresentadas 16 pré-propostas pelos estados/regiões;* **Apresentadores:** Anderson Fogo (Associação Viver), Lucas Stempniak (Coletivo Pretos no SUAS) e Clátia Vieira (Fenatibref/ Fórum Nacional de Mulheres Negras) **Obs:** Cada apresentador terá 5 minutos de fala e no máximo 07 inscrições, no chat, não haverá debate ou apresentação de destaque sobre as propostas).

**19h10 às 19h20:** Orientações para a votação virtual das propostas. **Mediador:** Carlos Firmino

**19h20 às 19h30:** Votação virtual das propostas (disponibilização de link no chat)

**19h30 às 19h45:** Falas de Aldenora Gonzalez, Janaina Candeias e Renato de Paula (5 minutos cada)

**19h45 às 20h:** Apresentação das 03(três) propostas mais votadas para encaminhamento ao CNAS e encerramento com os informes finais. Mediadora: Aparecida Guerra (FENAS)

## **ANEXO 3- CONJUNTO DE PROPOSTAS APRESENTADAS PELAS REGIÕES**

(22 PROPOSTAS)

### **REGIÃO NORDESTE**

1. Execução, pelos Governos Federal, Estaduais e Municipais, ações de educação permanente para trabalhadores do SUAS de nível médio e superior e conselheiros de Assistência Social, na perspectiva antirracista, seja no que se refere a história da Política, seja no que diz respeito a produção de desigualdades raciais e vulnerabilidades/riscos sociais e às estratégias de proteção social equânimes;
2. Produzir e disseminar cadernos de orientações técnicas transversalizando a questão racial e as singularidades de indígenas, quilombolas, religiões de matrizes africanas e de outras comunidades tradicionais, nos principais temas da Política (gestão, serviços e benefícios socioassistenciais, controle social, Programa Bolsa Família, Trabalho Social com Famílias etc);
3. Regulamentar estratégias antirracistas no SUAS por meio de resoluções dos Conselhos de Assistência Social bem como de Portarias do Ministério de Desenvolvimento Social e combate à Fome;
4. Elaborar e utilizar, critérios e indicadores de promoção da igualdade racial, para o cofinanciamento da Política de Assistência Social;
5. Estabelecer cotas raciais e de gênero no processo de eleição dos Conselhos de Assistência Social, bem como instituir no âmbito de tais Conselhos uma Comissão SUAS sem racismo;
6. Reconhecer e divulgar os saberes indígenas, das comunidades quilombolas, das religiões de matrizes africanas e outras comunidades tradicionais, que contribuam para garantia das seguranças socioassistenciais

### **REGIÃO SUDESTE**

1. Incluir de forma obrigatória o quesito raça/cor no CadSUAS, bem como em todos os sistemas e formulários utilizados no âmbito do SUAS, assegurando a produção sistemática de informações sobre usuários, trabalhadores, gestores e conselheiros.
2. Recomendar a inclusão de capítulo específico sobre o SUAS no Estatuto da Igualdade Racial, nos mesmos moldes do que já existe em relação ao SUS, de modo a reforçar a centralidade das questões voltadas às populações negras, pardas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas e demais grupos historicamente excluídos, considerando suas especificidades.
3. Ampliar e qualificar o debate sobre afrodescendência, racismo e relações étnico-raciais nos processos de educação permanente do SUAS (CAPACITASUAS), incorporando conteúdos sobre letramento racial.

4. Incorporar o princípio da reparação histórica como diretriz estruturante da Política Nacional de Assistência Social, reconhecendo os impactos do racismo estrutural na pobreza e vulnerabilidade da população negra, quilombola, de matriz africana e indígena.
5. Priorizar a população negra, quilombola, de matriz africana e indígena no acesso a benefícios e serviços do SUAS, com critérios de elegibilidade baseados na justiça racial, ações afirmativas nos territórios, formação antirracista para trabalhadores e gestores e financiamento específico para a promoção da equidade étnico-racial.
6. Instituir um calendário permanente no âmbito do SUAS destinado ao desenvolvimento de ações de reflexão, debate e formação continuada em perspectiva antirracista para todos(as) os(as) trabalhadores(as)
7. Incluir no capacitaSUAS capacitações presenciais ou online trimestrais para abordar questões relacionadas às relações Étnico-raciais, inclusão e acessibilidade para a equipe técnica do SUAS do governo e sociedade civil.

## REGIÃO SUL

1. Garantir que a gestão do SUAS incorpore políticas afirmativas e implemente um Plano Estruturado de Enfrentamento ao Racismo Institucional, contemplando: a criação e execução de protocolos específicos e canais de denúncia acessíveis à população; a produção de materiais informativos com acessibilidade; a inclusão da Educação Permanente com foco no letramento racial e na Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) nos ciclos orçamentários (PPA, LDO, LOA); a qualificação e formalização dos dados e diagnósticos de trabalhadores e usuários (Censo SUAS), com mapeamento de povos e comunidades tradicionais atendidas; e a garantia de equidade racial no provimento de cargos de gestão e diversidade étnico-racial entre os profissionais, de modo a refletir a composição da população brasileira.
2. Promover ações para o enfrentamento ao racismo institucional no SUAS, por meio da realização de campanhas que incentivem o levantamento e a autodeclaração étnico-racial dos trabalhadores, assegurando a diversidade de profissionais nos serviços socioassistenciais de forma a refletir a composição étnico-racial da população atendida.
3. Implementar a reserva de cotas nas eleições de conselheiras e conselheiros, garantindo a representatividade de grupos historicamente sub-representados e promovendo a efetiva participação no processo de controle social nos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional de Assistência Social.
4. Implementar um Plano de Educação Permanente Antirracista no SUAS, com investimento financeiro e estrutural adequado, que incorpore conteúdo e metodologias sobre relações étnico-raciais em todos os espaços de formação. O plano deve garantir formação contínua para todos os trabalhadores, abordando racismo estrutural, direitos da população negra, indígena, quilombola, cigana e de povos de terreiro, bem como o letramento racial, estabelecendo uma carga horária mínima anual para assegurar a efetividade da aprendizagem e a qualificação do atendimento à diversidade da população.



## **REGIÃO CENTRO OESTE E DF**

1. Recomendar para que o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), a partir das ações do Grupo de Trabalho “SUAS Sem Racismo” elabore e aprove Resolução que institua a criação e instalação da Comissão Permanente Igualdade Racial no SUAS, no âmbito do CNAS, CEAS, CAS-DF e CMAS;
2. Incluir no Formulário Censo SUAS, item para identificação e coleta de informações sobre “Letramento Racial no SUAS”, direcionados às equipes dos profissionais, trabalhadores e gestores de CRAS, CREAS CENTRO POP, Acolhimento Institucional e demais unidades de atendimento socioassistenciais do SUAS;
3. Incluir no Formulário Censo SUAS, item para identificação dos atendimentos referente aos casos de racismos/violência racial que estão sendo atendidos nas unidades de CRAS, CREAS CENTRO POP, Acolhimento Institucional e demais unidades de atendimento socioassistenciais do SUAS.
4. Alteração/Inclusão no Estatuto da Igualdade Racial Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, Capítulo, artigos, incisos e parágrafos sobre a Política de Assistência Social/SUAS.
5. Revisar/Atualizar/Incluir nos materiais de Apoio e Orientação Técnica da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV e Resoluções CNAS, ações Socioeducativas com base na Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003 e do Estatuto da Igualdade Racial Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.

## **ANEXO 4- PROPOSTAS VÁLIDAS APRESENTADAS NA CONFERÊNCIA**

### **Pré-propostas aprovadas e sistematizada para apresentação na Conferência Livre Nacional: SUAS sem racismo**

#### **REGIÃO NORDESTE**

1. Execução, pelos Governos Federal, Estaduais e Municipais, ações de educação permanente para trabalhadores do SUAS de nível médio e superior e conselheiros de Assistência Social, na perspectiva antirracista, seja no que se refere a história da Política, seja no que diz respeito a produção de desigualdades raciais e vulnerabilidades/riscos sociais e às estratégias de proteção social equânimes;
2. Produzir e disseminar cadernos de orientações técnicas transversalizando a questão racial e as singularidades de indígenas, quilombolas, religiões de matrizes africanas e de outras comunidades tradicionais, nos principais temas da Política (gestão, serviços e benefícios socioassistenciais, controle social, Programa Bolsa Família, Trabalho Social com Famílias etc). É fundamental reconhecer e divulgar os saberes indígenas, das comunidades quilombolas, das religiões de matrizes africanas e outras comunidades tradicionais, que contribuam para garantia das seguranças socioassistenciais
3. Regulamentar estratégias antirracistas no SUAS por meio de resoluções dos Conselhos de Assistência Social, como estabelecimento de cotas raciais e de gênero no processo de eleição, uma Comissão SUAS sem racismo, assim como de Portarias do Ministério de Desenvolvimento Social e combate à Fome;
4. Elaborar e utilizar, critérios e indicadores de promoção da igualdade racial, para o cofinanciamento da Política de Assistência Social;

#### **REGIÃO SUDESTE**

1. Incluir de forma obrigatória o quesito raça/cor no CadSUAS, bem como em todos os sistemas e formulários utilizados no âmbito do SUAS, assegurando a produção sistemática de informações sobre usuários, trabalhadores, gestores e conselheiros.
2. Recomendar a inclusão de capítulo específico sobre o SUAS no Estatuto da Igualdade Racial, nos mesmos moldes do que já existe em relação ao SUS, de modo a reforçar a centralidade das questões voltadas às populações negras, pardas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas e demais grupos historicamente excluídos, considerando suas especificidades.

3. Incluir no CapacitaSUAS, e nas demais ações de educação permanente do sistema, conforme planejamento dos órgãos responsáveis, temáticas relativas às relações étnico-raciais, ao racismo e à afrodescendência, incorporando conteúdos sobre letramento racial, inclusão e acessibilidade, garantindo a participação, nas modalidades presencial e online, de pessoas trabalhadoras, gestoras e conselheiras do governo e da sociedade civil.
4. Incorporar o princípio da reparação histórica como diretriz estruturante da Política Nacional de Assistência Social, reconhecendo os impactos do racismo e vulnerabilidade das pessoas negras, bem como priorizar a população quilombola, de matriz africana e indígena no acesso a benefícios e serviços do SUAS, com critérios baseados na justiça racial, com a perspectiva de financiamento específico para a promoção da equidade étnico-racial.

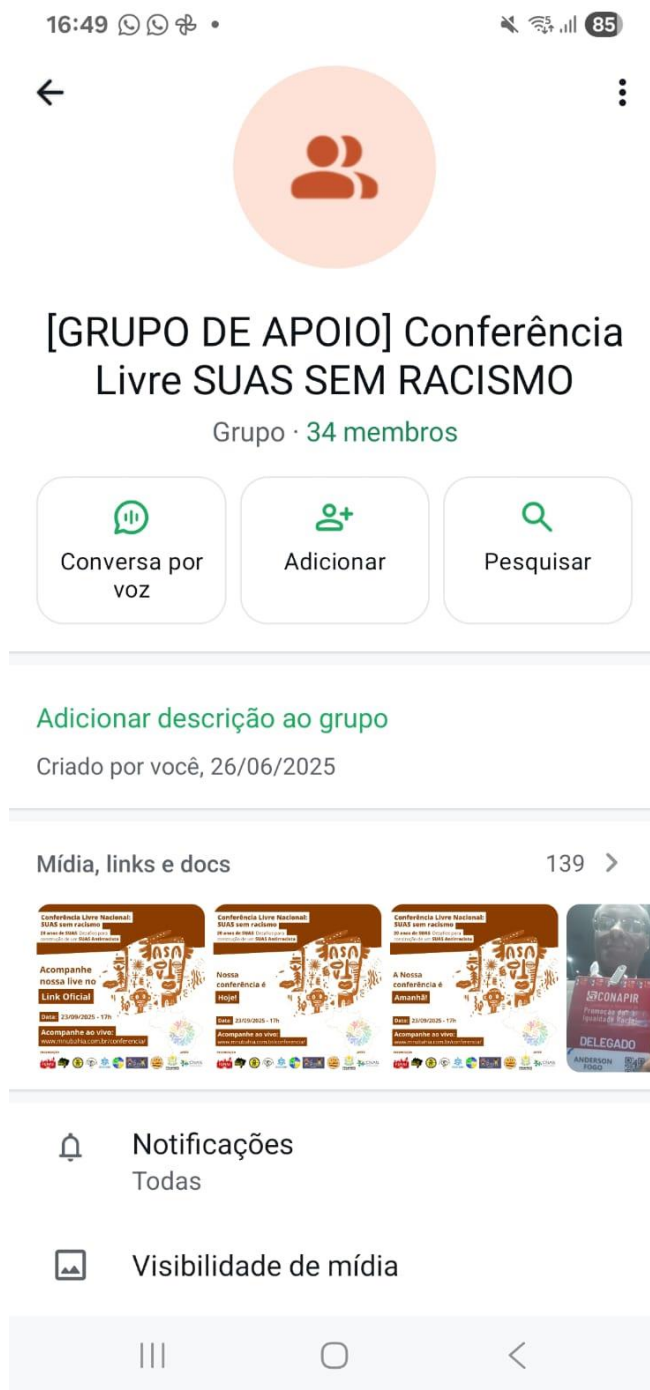
## **REGIÃO SUL**

1. Garantir que a gestão do SUAS incorpore políticas afirmativas e implemente um Plano Estruturado de Enfrentamento ao Racismo Institucional, contemplando: a criação e execução de protocolos específicos e canais de denúncia acessíveis à população; a produção de materiais informativos com acessibilidade; a inclusão da Educação Permanente com foco no letramento racial e na Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) nos ciclos orçamentários (PPA, LDO, LOA); a qualificação e formalização dos dados e diagnósticos de trabalhadores e usuários (Censo SUAS), com mapeamento de povos e comunidades tradicionais atendidas; e a garantia de equidade racial no provimento de cargos de gestão e diversidade étnico-racial entre os profissionais, de modo a refletir a composição da população brasileira.
2. Promover ações para o enfrentamento ao racismo institucional no SUAS, por meio da realização de campanhas que incentivem o levantamento e a autodeclaração étnico-racial dos trabalhadores, assegurando a diversidade de profissionais nos serviços socioassistenciais de forma a refletir a composição étnico-racial da população atendida.
3. Implementar a reserva de cotas nas eleições de conselheiras e conselheiros, garantindo a representatividade de grupos historicamente sub-representados e promovendo a efetiva participação no processo de controle social nos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional de Assistência Social.
4. Implementar um Plano de Educação Permanente Antirracista no SUAS, com investimento financeiro e estrutural adequado, que incorpore conteúdo e metodologias sobre relações étnico-raciais em todos os espaços de formação. O plano deve garantir formação contínua para todos os trabalhadores, abordando racismo estrutural, direitos da população negra, indígena, quilombola, cigana e de povos de terreiro, bem como o letramento racial, estabelecendo uma carga horária mínima anual para assegurar a efetividade da aprendizagem e a qualificação do atendimento à diversidade da população.

## **REGIÃO CENTRO-OESTE E DISTRITO FEDERAL**

1. Recomendar para que o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), a partir das ações do Grupo de Trabalho “SUAS Sem Racismo” elabore e aprove Resolução que institua a criação e instalação da Comissão Permanente Igualdade Racial no SUAS, no âmbito do CNAS, CEAS, CAS-DF e CMAS;
2. Recomendar a inclusão no Formulário Censo SUAS, item para coleta de informações sobre “Letramento Racial no SUAS”, direcionados aos profissionais, trabalhadores e gestores de CRAS, CREAS, Centro POP, acolhimento institucional e demais unidades de atendimento socioassistencial, assim como para identificação dos atendimentos referente aos casos de racismo/violência racial.
3. Alteração/Inclusão no Estatuto da Igualdade Racial Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, Capítulo, artigos, incisos e parágrafos sobre a Política de Assistência Social/SUAS.
4. Revisar/Atualizar/Incluir nos materiais de Apoio e Orientação Técnica da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV e Resoluções CNAS, ações socioeducativas com base na Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003 e do Estatuto da Igualdade Racial Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.

## ANEXO 5 – OUTROS PRINTS DE DESTAQUES DA 1ª CONFERÊNCIA LIVRE SUAS SEM RACISMO



Fonte: print de tela extraído pela comissão organizadora da conferência.  
Tela aguardando o início da conferência

# Conferência Livre Nacional: SUAS sem racismo

**20 anos de SUAS:** Desafios para construção de um **SUAS Antirracista**

**Objetivo da conferência livre:**

Elaborar 3 propostas para a conferência nacional sobre a promoção da igualdade racial no SUAS

**Público-Alvo:**

Usuários, trabalhadores, gestores, e conselheiros de assistência social

**Data:** 23/09/2025 - 17h

**Inscreva-se Grátis:**

[www.mnubahia.com.br/conferencia/](http://www.mnubahia.com.br/conferencia/)

**ORGANIZAÇÃO**

**APOIO**

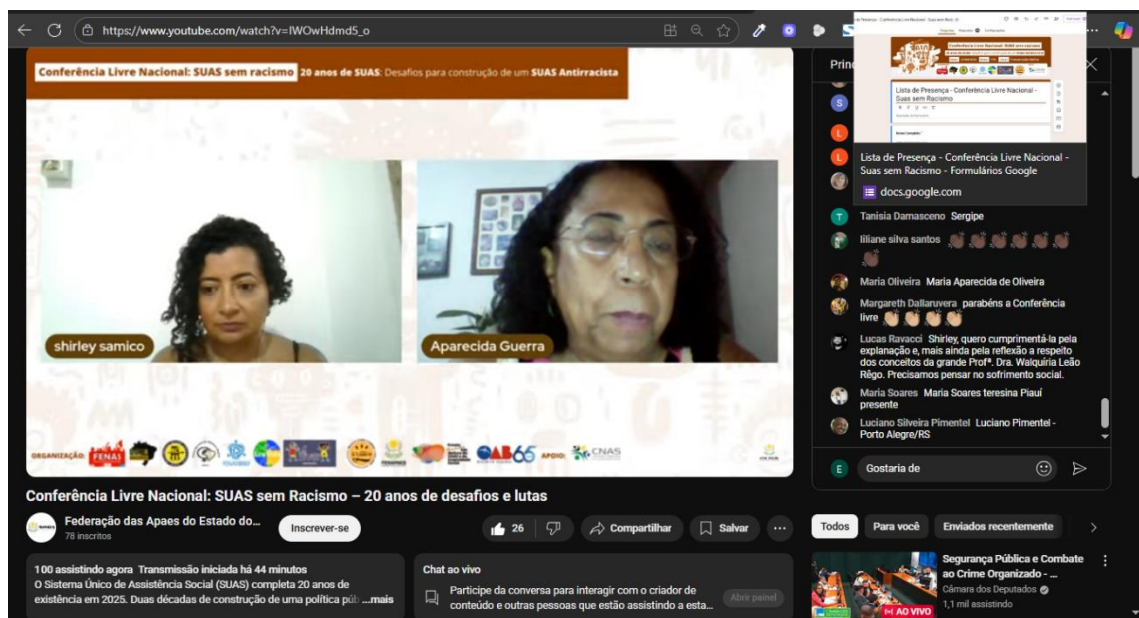
Divulgação das inscrições



Fonte: print de tela extraído pela comissão organizadora da conferência.  
Tela aguardando o início da conferência



Fonte: Fonte: print de tela extraído pela comissão organizadora da conferência.  
Thaise Viana - Abertura e acolhimento



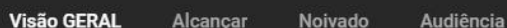
Gerenciar



B I U  $\Leftrightarrow$  ~~X~~

### Descrição do formulário

Tela informando o encerramento das inscrições para conferência



**Este video teve 256 visualizações desde que foi publicado**

256

36.9

+20

**Veja mais**

Fonte: Comissão organizadora da conferência.